MUNICÍPIO moita

Um Só Mundo
One World

PMIM MOITA

PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES
MUNICIPAL PLAN FOR THE INTEGRATION OF MIGRANTS

Plano Municipal para a Integração de Migrantes da Moita

"Um Só Mundo"

2018-2020

FUNDO ASILO, MIGRAÇÃO E INTEGRAÇÃO · UNIÃO EUROPEIA · REPÚBLICA PORTUGUESA · SGMAI SECRETARIA GERAL MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA · ACM ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

Título: Plano Municipal para a Integração de Migrantes da Moita

"Um Só Mundo"

Período de Vigência: 2018-2020

Local: Concelho da Moita

Entidade Promotora: Município da Moita

Fundo Cofinanciador: Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração

Entidade Delegada: Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

Parceiros: MIORITA – Associação Cultural dos Imigrantes Moldavos

Fundação Santa Rafaela Maria

Associação de Solidariedade Cabo-Verdiana dos Amigos da Margem Sul do Tejo

Centro Social O Bom Samaritano

Ficha Técnica

<u>Coordenação e execução do PMIM</u>

Departamento de Assuntos Sociais e Cultura

Divisão de Assuntos Sociais

Nota de Abertura

O concelho da Moita integra, ao longo da sua história, o contributo daqueles que se aventuraram a sair da sua terra natal e escolheram o nosso concelho como o local para criar novas raízes. É no respeito por esse ato de coragem que nos cabe a missão de apoiar os munícipes que chegaram e trouxeram consigo o seu património histórico, a vontade de trabalhar, o desejo de constituir uma família, o sonho de conseguir uma vida melhor e que contribuem diariamente para a construção de um concelho mais inclusivo no qual a diversidade é um valor e permite delinear um retrato de elevada riqueza que importa destacar, e onde a igualdade de oportunidades e a equidade no acesso a bens e serviços é um objetivo sempre presente.

E é na prossecução de uma igualdade que valoriza a singularidade e a diversidade, que o Município da Moita reafirma a sua missão de promoção de inclusão e bem-estar de todos os munícipes, aliando-se ao compromisso de consolidação do trabalho de integração, capacitação e combate à discriminação dos migrantes e grupos étnicos, como se encontra patente no Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020.

Resultante do trabalho em parceria, caraterizador da intervenção do Município e da Rede Social da Moita, e decorrente da candidatura apresentada ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, o Plano Municipal para a Integração de Migrantes "Um Só Mundo", assume-se como o resultado dos esforços empreendidos e do compromisso assumido, no sentido de promover o (re)ajuste das Políticas Locais de Acolhimento e Integração às necessidades da comunidade migrante.

Presidente da Câmara Municipal da Moita

Rui Garcia

Índice

1. Enquadramento.....09

1.1 Objetivos 11

1.1.1 Objetivo geral 11

1.1.2 Objetivos específicos 12

1.2 Público-alvo 12

1.3 Âmbito do PMIM "Um Só Mundo" 12

1.4 Metodologia 12

1.4.1 Estratégias de Mobilização 13

1.4.2 Procedimentos de diagnóstico 14

1.4.3 Limitações e constrangimentos 20

1.5 Estrutura – PMIM "Um Só Mundo" 21

2. Diagnóstico Local 22

2.1 Caraterização do Município da Moita 22

2.2 Caraterização sociodemográfica da população estrangeira residente no Município da Moita 25

2.3 Diagnóstico da comunidade migrante por área do Índice dos Municípios Amigos da Diversidade (IMAD) 31

2.3.1 Serviços de Acolhimento e Integração 31

2.3.2 Urbanismo e Habitação 39

2.3.3 Mercado de Trabalho e Empreendedorismo 41

2.3.4 Formação e Capacitação 46

2.3.5 Educação e Língua 48

2.3.6 Cultura 50

2.3.7 Saúde 51

2.3.8 Solidariedade e Resposta Social 54

2.3.9 Cidadania e Participação Cívica 56

2.3.10 *Media* e Sensibilização da Opinião Pública 57

2.3.11 Racismo e Discriminação 58

2.3.12 Relações internacionais 59

2.3.13 Religião 60

2.3.14 Outras 61

3. Plano Municipal para a Integração de Migrantes "Um Só Mundo" 63

3.1 Dimensão Estratégica 63

3.2 Dimensão Operacional 66

4. Monitorização e Avaliação do PMIM 73

5. Modelo de Governação do PMIM 74

Referências Bibliográficas 75

Webgrafia 77

Anexo 1 - Respostas específicas para a comunidade migrante no concelho da Moita 78

Índice de Quadros

Quadro 1: Iniciativas no âmbito da promoção da integração de cidadãos migrantes residentes no concelho da Moita

Quadro 2: Síntese das Ações preparatórias promovidas no âmbito do processo de conceção do PMIM "Um Só Mundo"

Quadro 3: População estrangeira com estatuto legal de residência 2008-2016

Quadro 4: População estrangeira com estatuto legal de residente por sexo

Quadro 5: Nº de cidadãos, por género, nacionalidades e problemas apresentados pelos migrantes que recorreram ao CLAIM Moita – Vale da Amoreira, entre janeiro e meados de novembro de 2017

Quadro 6: Faixas etárias dos cidadãos migrantes que recorreram ao CLAIM Moita - Vale da Amoreira, entre janeiro e meados de novembro de 2017

Quadro 7: Nº de cidadãos, por género, nacionalidades e problemas apresentados pelos cidadãos migrantes que recorreram ao CLAIM Moita - Fonte da Prata, entre janeiro e meados de novembro de 2017

Quadro 8: Faixas etárias dos cidadãos migrantes que recorreram ao CLAIM Moita - Fonte da Prata, entre janeiro e meados de novembro de 2017

Índice de Figuras

Figura 1: Notícia sobre o PMIM, publicada no *site* do Município da Moita a 14.12.2017

Figura 2: Notícia publicada do *site* do Diário de Notícias, relativa ao PMIM "Um Só Mundo"

Figura 3: Sessão de *Benchlearning* realizada no Município de Cascais a 30.10.2017

Figura 4: Sessão de auscultação da comunidade migrante no Vale da Amoreira, realizada a 17.11.2017, na Escola Secundária da Baixa da Banheira

Figura 5: Sessão de auscultação da comunidade migrante na Baixa da Banheira (20.11.2017)

Figura 6: Sessão de auscultação da comunidade migrante na Moita (20.11.2017)

Figura 7: Reunião com Movimento Associativo – Fonte da Prata (27.11.2017)

Figura 8: Apresentação do diagnóstico do PMIM e sessão de trabalho, em sede de sessão plenária do CLASM, a 12.01.2018

Figura 9: Apresentação do PMIM em sede de reunião plenária do Fórum da Juventude, a 20.01.2018

Índice de Gráficos

Gráfico 1: População residente no concelho da Moita, por freguesia - 2011

Gráfico 2: População residente em idade ativa no Município da Moita

Gráfico 3: População residente no Município da Moita em 2001 e 2011, por grupos etários

Gráfico 4: População residente por freguesia, segundo os grupos etários

Gráfico 5: População estrangeira com estatuto legal de residente no Município da Moita 2008-2016

Gráfico 6: População estrangeira (%) com estatuto legal de residente no Município da Moita, por nacionalidade

Gráfico 7: Distribuição etária da população estrangeira - 2011

Gráfico 8: População estrangeira com estatuto legal de residente por sexo

Gráfico 9: Proporção da população estrangeira com estatuto legal de residente, por freguesia

Lista de Siglas e Acrónimos

ACM – Alto Comissariado para as Migrações

ACVA – Associação Cabo-verdiana do Vale da Amoreira

AML – Área Metropolitana de Lisboa

CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes

CLASM – Conselho Local de Ação Social da Moita

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

EUMC – Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia

FAMI - Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

IMAD – Índice dos Municípios Amigos da Diversidade

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

NISS – Número de Identificação da Segurança Social

NPT – Nacionais de Países Terceiros

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PDS – Plano de Desenvolvimento Social

PEM – Plano Estratégico para as Migrações

PFOL – Português para Falantes de Outras Línguas

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Alunos

PLNM - Português Língua Não Materna

PMIM – Plano Municipal para a Integração de Migrantes

PPT – Programa Português para Todos

RMAD – Rede dos Municípios Amigos da Diversidade

RSI – Rendimento Social de Inserção

RTP – Rádio Televisão Portuguesa

SASE – Serviço de Ação Social Escolar

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

1. Enquadramento

O **Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM) "Um Só Mundo"** surge no âmbito do desafio lançado pelo Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM) aos Municípios no sentido de se associarem a uma nova etapa de políticas de acolhimento e integração de migrantes em Portugal. A visão estratégica ao nível da gestão dos fluxos migratórios e o reconhecimento do potencial de desenvolvimento associado aos movimentos migratórios, encontra-se explanada no Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020 (PEM), que visa "adequar o país a uma realidade migratória mais complexa e desafiante" (Resolução do Conselho de Ministros nº12-B/2015). Procurando dar um novo impulso às políticas migratórias, o PEM define como um dos seus eixos prioritários, as Políticas de Integração de Imigrantes, no decorrer das quais surgem os **Planos Municipais para a Integração de Migrantes**. Respondendo à Medida I deste Plano Estratégico, os PMIM visam concretizar a "definição de estratégias locais que garantam uma ação concertada das diversas entidades envolvidas na área das migrações, visando a promoção e captação, bem como a integração dos migrantes" (Resolução do Conselho de Ministros nº12-B/2015).

Esta relevância atribuída aos decisores locais ao nível da gestão inovadora dos fluxos migratórios, é também salientada no Livro branco sobre a integração das migrações no planeamento local[1], afirmando a necessidade de se adotar uma abordagem às migrações e ao desenvolvimento baseada nos direitos humanos e fundada no respeito pelos direitos dos migrantes. Sendo reconhecido que a melhor governança da migração pode contribuir para a redução das desigualdades[2], é sustentada pela Comissão Europeia a necessidade de reforçar o efetivo envolvimento da sociedade civil no planeamento local de questões de migrações e desenvolvimento, de modo a maximizar os seus benefícios (COM, 2013), salientando a relevância da participação de imigrantes no processo democrático e na elaboração de medidas de integração, especialmente a nível local, enquanto elemento vital para o seu processo de integração[3] (COM, 2005). A ação concertada de todos os intervenientes, nomeadamente, imigrantes, sociedade de acolhimento e entidades que intervêm nos territórios, assume-se

[1] *White Paper: Mainstreaming Migration into Local Development Planning and Beyond* (2015), lançado pela Iniciativa Conjunta para as Migrações e Desenvolvimento do PNUD (2008) com a Organização Internacional das Migrações (OIM)

[2] Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

[3] De acordo com o 9º principio básico comum da Agenda Comum para a Integração (COM, 2005)

como um pressuposto basilar, ao nível do fomento de um processo de integração efetivo a responsável.

O Município da Moita, tendo em conta estas premissas, alia-se assim ao compromisso de promoção de políticas de integração de nível local[4], constituindo-se como entidade promotora do Plano Municipal para a Integração de Migrantes da Moita "Um Só Mundo", com o horizonte temporal 2018-2020, decorrente da candidatura apresentada ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI).

Na prossecução da sua visão de bem-estar e inclusão de todos os munícipes e alinhado com a experiência de implementação de projetos promotores do conhecimento da realidade da população migrante residente no concelho e da sua integração (Quadro 1), o Município da Moita promoveu um processo de conceção do Plano que se pretendeu participativo e conciliador das visões e vontades existentes no território, alicerçado no respeito pelos direitos dos munícipes e honrando o princípio da igualdade de género e não-discriminação ao longo da sua conceção e implementação.

Iniciativa	Data
Promoção do CLAIM Moita – Vale da Amoreira	2006
Parceria com a Fundação Santa Rafaela Maria, na promoção do CLAIM Moita-Fonte da Prata	2007
Participação no consórcio dos Projetos Escolhas existentes no concelho, desde a 3ª geração	2007
Adesão à Plataforma sobre Políticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes, promovida pela Fundação Calouste Gulbenkian	2007
Elaboração do Diagnóstico da população imigrante no concelho da Moita: Desafios e Potencialidade para o Desenvolvimento Local	2011
Projeto "Arca do Mundo" – Interculturalidades II • Manual de Acolhimento ao Imigrante; folheto Seja Empreendedor • Caixinha da Diversidade Cultural • Encontro com Escritores	2011
Reprodução de Folhetos Informativos – Recenseamento Eleitoral	2013
Projeto "De Todo o Lugar" • Informar para integrar • Como foi que disse? • Capacitar para integrar • Capacitação em Mediação Intercultural • O nosso lugar é um Mundo	2014
Adesão à Rede dos Municípios Amigos da Diversidade (RMAD)	2014
Aplicação do Índice dos Municípios Amigos da Diversidade (IMAD)	2015

Quadro 1: Iniciativas no âmbito da promoção da integração de cidadãos migrantes residentes no concelho da Moita

[4] Conforme recomendação da *Agenda Comum para a Integração de Nacionais de Países Terceiros* (COM (2011) 455 final)

A colaboração de entidades pertencentes à Rede Social da Moita configurou-se como central em todo este processo. Em linha com a atuação existente desde o Plano de Desenvolvimento Social transato, no âmbito do qual funcionou o grupo de trabalho na área da Imigração, as parcerias estabelecidas favoreceram a mobilização da comunidade migrante, contribuindo de forma ativa para a organização de momentos de auscultação, assim como para um desenho da realidade da comunidade migrante residente no território. Em linha com a filosofia de parcerias já estabelecidas no concelho, foi assim possível promover uma participação transversal e respeitadora dos princípios participativos, determinados desde o início do processo de conceção.

De igual forma, para a concretização deste Plano, que se pretende constituir como um recurso agregador das estratégias de acolhimento e integração de migrantes a nível concelhio, foram fulcrais as entidades que se disponibilizaram a participar ao longo de todo este processo e, em particular, aquelas que se constituíram como parceiros formais do mesmo, nomeadamente:

- Associação de Solidariedade Cabo-Verdiana dos Amigos da Margem Sul do Tejo
- Centro Social O Bom Samaritano
- Fundação Santa Rafaela Maria
- MIORITA – Associação Cultural dos Imigrantes Moldavos

1.1 Objetivos

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes "Um Só Mundo", na qualidade de documento estruturante enquadrado no Plano de Desenvolvimento Social 2016-2020, integra ações que visam alcançar objetivos concretos, no que diz respeito à integração da comunidade migrante no Município da Moita.

1.1.1 Objetivo geral

- Conhecer e valorizar a diversidade cultural existente no concelho da Moita, promovendo o envolvimento de todos os atores na definição e concretização de políticas de acolhimento para uma efetiva integração da comunidade migrante, construindo, em conjunto, um concelho coeso e de bem-estar à beira Tejo.

1.1.2 Objetivos específicos

- Contribuir para a consolidação das políticas locais de acolhimento e integração da comunidade migrante residente no concelho da Moita, valorizando o seu contributo para o desenvolvimento local;
- Promover o envolvimento dos diversos atores (comunidade migrante, técnicos e sociedade de acolhimento) no processo de integração da comunidade migrante, promovendo a proximidade entre cidadãos migrantes e sociedade de acolhimento;
- Fomentar níveis mais elevados de integração da comunidade migrante.

1.2 Público-alvo

Assume-se como público-alvo prioritário do PMIM a população imigrante **Nacional de Países Terceiros (NPT)** que reside no concelho da Moita. Porém, e na prossecução da visão do Município da Moita de inclusão e bem-estar de todos os munícipes, prevê-se abranger a comunidade migrante em geral que reside no território, incluindo os novos nacionais (através da aquisição da nacionalidade), estrangeiros (descendentes de migrantes que nasceram em Portugal, mas têm a nacionalidade dos seus ascendentes), assim como os técnicos das entidades que, de forma direta ou indireta, intervêm com esta comunidade. Privilegiando uma abordagem inclusiva e participativa, pretende-se envolver os diversos atores deste processo, valorizando o seu contributo para um processo efetivo de integração e inclusão. Esta base de trabalho, alicerçada no trabalho do Conselho Local de Ação Social da Moita (CLASM), enfatiza a relevância do envolvimento dos destinatários do Plano, na qualidade, tanto de público-alvo, quanto de atores com um papel ativo no processo de integração.

1.3 Âmbito do PMIM "Um Só Mundo"

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes da Moita tem um âmbito municipal, ou seja, abrange o território do concelho da Moita.

1.4 Metodologia

Durante a fase de conceção do Plano, foi privilegiada a metodologia **qualitativa**, com o intuito de compreender a realidade tal como ela é experienciada pelos sujeitos ou grupos a partir do que pensam e como agem (valores, representações, crenças, opiniões, atitudes, hábitos). A perceção dos intervenientes (NPT, comunidade migrante em geral e técnicos das entidades) assumiu-se como central ao longo do processo de diagnóstico, pois foi através desta que se

procurou compreender o modo como se processa a integração, mobilizando as diferentes perspetivas: de quem vem, de quem cá estava e de quem procura apoiar.

Tendo em conta a subjetividade deste processo, variando conforme o olhar dos diversos atores, considerou-se fundamental enfatizar a pertinência de cada uma das perceções desta realidade, e o modo como estas contribuem para a delineação de um retrato global da comunidade residente no concelho. Assente numa abordagem *bottom-up*, este processo procurou enfatizar a importância de participação no processo de reflexão e diagnóstico, perspetivando a adoção de um papel ativo e participativo, como um pressuposto para a integração.

No sentido de consolidar este processo de diagnóstico, procedeu-se à **recolha e análise estatística e documental**, promovendo a triangulação de metodologias. De modo a compreender a realidade do território realizou-se, sempre que existiam dados disponíveis, uma análise transversal (nacional, regional e concelhia), de modo a caraterizar as tendências sociodemográficas do concelho comparativamente aos contextos macro em que se insere. Para a caraterização do contexto socioeconómico e demográfico da comunidade migrante residente no concelho, foi privilegiada a informação **quantitativa**, recorrendo a fontes nacionais para o efeito, de modo a consubstanciar a caraterização realizada.

1.4.1 Estratégias de Mobilização

Ao longo dos processos de planeamento e diagnóstico foi privilegiado o contacto estabelecido entre o espaço técnico (técnicos dos diversos serviços) e social (comunidades migrantes e sociedade de acolhimento). Neste sentido, e com o intuito de promover uma participação alargada, foi solicitada a colaboração das diversas entidades ao nível da mobilização da comunidade migrante para participar nos procedimentos de diagnóstico (sessões dinamizadas, resposta a inquéritos por questionário, recolha de contributos através do site do Município), através de convite direto.

Figura 1: Notícia sobre o PMIM, publicada no *site* do Município da Moita a 14.12.2017

De igual modo, procedeu-se à divulgação do Plano através dos canais específicos do Município (Figura 1) e de comunicados à comunicação social, que procederam à sua divulgação (quatro publicações em sites *online* e uma publicação num jornal diário; exemplo na Figura 2).

Sexta-Feira | 15 de dezembro de 2017 | 11:30 | Fundado em 29 de dezembro de 1864

DN Lusa

Câmara da Moita vai criar Plano Municipal para a integração de migrantes

Nacional

14 DE DEZEMBRO DE 2017 20:04

Lusa

0 PARTILHAS

A Câmara Municipal da Moita anunciou hoje que foi aprovada uma candidatura para a criação e implementação de um plano para a integração de migrantes no concelho, que vai decorrer durante 36 meses.

"Este projeto, cofinanciado pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI) e com o Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM) como entidade delegada, tem como objetivo definir estratégias conjuntas, promotoras da integração da comunidade migrante que reside no concelho, valorizando o seu potencial para o desenvolvimento local", refere a autarquia.

PUB
Wizink
Pede agora!
Escolhe uma destas ofertas
PRIMARK Cartão Oferta
PRIMARK Cartão Presente da Primark de 70€
QUERO ADERIR

Figura 2: Notícia publicada do *site* do Diário de Notícias, relativa ao PMIM "Um Só Mundo"

No que concerne à mobilização dos técnicos, foi privilegiada a rede de parcerias já estabelecidas através da Rede Social da Moita. As sessões plenárias do CLASM assumiram-se igualmente como momentos privilegiados de comunicação e partilha com as diversas entidades.

1.4.2 Procedimentos de diagnóstico

Ao longo deste processo, foram dinamizadas diversas iniciativas, que procuraram sustentar o modelo participativo adotado. As ações preparatórias visaram assim envolver os diversos parceiros no planeamento e organização, assim como recolher os contributos dos intervenientes para a construção do diagnóstico.

Ações preparatórias desenvolvidas

- **Apresentação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes "Um Só Mundo" em sede de Plenário do CLASM** – Teve lugar no dia 29 de setembro de 2017, e no qual foi unanimemente votada a integração do Plano Municipal "Um Só Mundo", no Plano de Desenvolvimento Social (PDS), mais especificamente no Eixo 4 "Instituições e Parcerias", Objetivo 2.3 "Melhorar e adequar a intervenção do CLASM através de processos participados de construção e avaliação de documentos estruturantes". Estiveram presentes **24 técnicos, representando 21 entidades**;

- **Entrevistas semiestruturadas por escrito –** Instrumento construído com o intuito de aferir as perceções dos técnicos que intervêm direta ou indiretamente com a comunidade migrante, remetido através de correio eletrónico, a 2 de outubro de 2017. Foram rececionadas **6 respostas**;

- **2 Reuniões com coordenadores dos Projetos Escolhas existentes no concelho –** Reuniões com o objetivo de auscultar os dois projetos do Programa Escolhas (Escolhas VA 2835-E6G e TASSE-E6G), que intervêm no concelho da Moita;

- **3 Sessões de *Benchlearning* –** Visitas realizadas aos Municípios de Cascais, Seixal e Loures, com o objetivo de auscultar a experiência destes Municípios ao nível da conceção e implementação do PMIM, reconhecidos pelas suas boas-práticas. Nestas sessões participaram **28 técnicos, representantes de 11 entidades;**

Figura 3: Sessão de B*enchlearning* realizada no Município de Cascais a 30.10.2017

- **4 reuniões com parceiros por áreas do IMAD (Saúde, Mercado de Trabalho e Empreendedorismo | Formação e Capacitação, Educação e Língua, Solidariedade e Respostas Sociais) –** Reuniões com o objetivo de auscultar as entidades com atuação nas áreas indicadas, promovendo a reflexão acerca das necessidades/problemas específicos identificados à comunidade migrante em cada uma das áreas e aferição de medidas que pudessem responder aos mesmos. Nestas reuniões participaram **14 técnicos, representantes de 10 entidade**s;

- **3 reuniões com presidentes das Juntas de Freguesia –** Reuniões com os eleitos de 3 das 4 Juntas de Freguesia do concelho, com o objetivo de compreender as dinâmicas específicas de cada território, promovendo a reflexão acerca das necessidades/problemas específicos da população residente. Estiveram presentes **6 representantes de 3 Juntas de Freguesia**;

- **Dinamização de 3 sessões para auscultação da comunidade migrante –** A promoção de sessões descentralizadas em diferentes freguesias (Vale da Amoreira, Baixa da Banheira e

Moita) foi realizada em parceria com instituições com intervenção no território, com o intuito de auscultar as diferentes comunidades, relativamente à perceção do seu processo de acolhimento e integração, recolhendo os seus contributos relativamente às necessidades e problemas com os quais se deparam/depararam e aferição de medidas que fossem passíveis de responder a essas questões. Em duas destas sessões (Baixa da Banheira e Moita), foi adotada a metodologia do *World Café*, com o objetivo de promover a discussão em todas as áreas que norteiam o diagnóstico, formando grupos mais pequenos de discussão, promotores de uma maior participação. A sessão realizada no Vale da Amoreira, foi dividida em dois momentos, sendo no primeiro auscultada a turma de alunos do curso Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL) e, no segundo momento, foi auscultada a comunidade em geral. Pelo número mais alargado de participantes, foi promovida uma discussão que contemplou todo o grupo.

Figura 4: Sessão de auscultação da comunidade migrante no Vale da Amoreira, realizada a 17.11.2017, na Escola Secundária da Baixa da Banheira

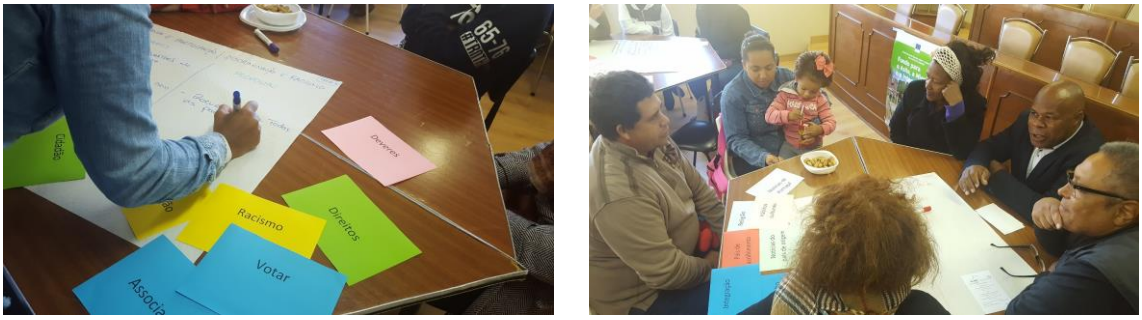


Figura 5: Sessão de auscultação da comunidade migrante na Baixa da Banheira (20.11.2017)

Figura 6: Sessão de auscultação da comunidade migrante na Moita (20.11.2017)

- **Realização de 2 reuniões com Associações locais –** Uma primeira reunião foi dinamizada com associações de imigrantes com intervenção no Vale da Amoreira (**5 técnicos de 3 entidades**), e a segunda, com Associações presentes na Quinta da Fonte da Prata, nomeadamente a Associação Intercultural da Fonte da Prata e a Associação de Jovens (**12 participantes de 2 associações**);

Figura 7: Reunião com Movimento Associativo – Fonte da Prata (27.11.2017)

- **Aplicação de inquéritos por questionários a NPT –** Com o intuito de ampliar as oportunidades de participação neste Plano por parte dos destinatários do mesmo, foi construído um inquérito por questionário, composto por questões abertas e fechadas. Esta ferramenta, constituída por questões de caraterização sociodemográfica, incidiu também em dimensões criadas de acordo com as áreas do IMAD. A aplicação desta ferramenta foi realizada pelas animadoras dos CLAIM existentes no concelho. Não foi possível estabelecer uma amostra estatisticamente representativa do universo, pelos constrangimentos de tempo existentes ao longo do processo. No total, foram recolhidos **26 questionários** que foram analisados com o propósito de fortalecer o diagnóstico desenhado. Compreende-se que a maioria dos respondentes era do sexo feminino (76%), tendo, na sua maioria, idades compreendidas entre os 25 e 64 anos (72%).

- **Recolha de contributos através do site do Município da Moita –** De forma consolidar o caráter participativo deste processo de conceção, foi disponibilizado um mecanismo de recolha de sugestões/propostas para o PMIM, através do *site* do Município da Moita. Esta caixa de sugestões foi disponibilizada juntamente com a divulgação do Plano, no dia 14 de dezembro de 2017, tendo sido rececionada 1 resposta.

- **Apresentação dos dados do Diagnóstico e Sessão de Trabalho –** No dia 12 de janeiro de 2018, no seguimento da sessão plenária do CLASM, procedeu-se à apresentação dos dados recolhidos no âmbito do diagnóstico. Para esta sessão plenária foram convidados representantes da comunidade migrante que, juntamente com os técnicos presentes, participaram numa sessão de trabalho que decorreu no seguimento da apresentação. A proposta de trabalho, para 4 grupos constituídos por representantes das entidades e por

cidadãos migrantes, prendeu-se com a reflexão e apresentação de propostas de medidas que, face às necessidades e problemas explanados na apresentação do diagnóstico, pudessem responder aos mesmos. Esta sessão contou com a participação de **36 técnicos, representantes de 27 entidades e 7 cidadãos migrantes**.

Figura 8: Apresentação do diagnóstico do PMIM e sessão de trabalho, em sede de sessão plenária do CLASM, a 12.01.2018

- **Apresentação do PMIM no Fórum da Juventude –** No dia 20 de janeiro de 2018, procedeu-se à apresentação do PMIM em sessão plenária do Fórum da Juventude, com o objetivo de promover a participação da camada juvenil neste processo. Participaram **25** jovens e representantes de entidades, tendo sido eleito o representante deste Fórum para participar na Plataforma de Monitorização e Acompanhamento do PMIM.

Figura 9: Apresentação do PMIM em sede de reunião plenária do Fórum da Juventude, a 20.01.2018

- **Validação do PMIM pela Rede Social da Moita–** No dia 15 de fevereiro de 2018, e após o envio do PMIM redigido aos parceiros, procedeu-se à apresentação das Dimensões Estratégica e Operacional do PMIM, em sessão plenária do CLASM. No seguimento da apresentação, procedeu-se à proposta de validação do documento proposto, tendo o mesmo sido validado por unanimidade. Participaram **24 técnicos**, representantes de **20 entidades**.

Tipologia de ações preparatórias	Descrição das Ações	Nº de ações
Reuniões com parceiros para organização dos procedimentos	-Reunião de parceiros (apresentação e organização) -Reunião de parceiros (organização de procedimentos) -Reunião preparação da sessão no Vale da Amoreira -Reunião de preparação da sessão na Baixa da Banheira e Moita -Reunião com parceiros – tratamento dados do diagnóstico -Reunião com parceiros – construção dimensões operacionais e estratégicas do PMIM	5
Sessões de apresentação do PMIM	-Plenário CLASM – Apresentação PMIM -Plenário CLASM – Apresentação Diagnóstico -Fórum da Juventude – Apresentação PMIM -Plenário CLASM – Apresentação Dimensão Operacional e Validação do PMIM	4
Reuniões com técnicos e decisores - diagnóstico	-Reunião TASSE-E6G -Reunião Escolhas VA 2835-E6G -Reunião – Saúde -Reunião – Mercado de Trabalho e Empreendedorismo| Formação e Capacitação -Reunião Junta de Freguesia Moita -Reunião com Associação de Imigrantes – Vale Amoreira -Reunião – Educação e Língua -Reunião União de Freguesias Baixa da Banheira e Vale da Amoreira -Reunião Junta de Freguesia Alhos Vedros -Reunião – Educação e Língua -Reunião – Movimento Associativo Fonte da Prata -Reunião – Solidariedade e Resposta Social	12
Sessões de Auscultação da comunidade migrante	Sessão no Vale da Amoreira Sessão na Baixa da Banheira Sessão na Moita	3
Sessões de *Benchlearning*	Reunião no Município de Cascais Reunião no Município do Seixal Reunião no Município de Loures	3
Total	**27 Ações Preparatórias**	

Quadro 2: Síntese das Ações preparatórias promovidas no âmbito do processo de conceção do PMIM "Um Só Mundo"

Em súmula, no âmbito do processo de conceção do PMIM foram desenvolvidas **27 ações preparatórias**, envolvidos **105 técnicos** (indivíduos únicos, dado que alguns técnicos participaram em mais do que uma ação), representantes de **58 entidades** e **108 representantes da comunidade migrante.**

1.4.3 Limitações e constrangimentos

No âmbito dos procedimentos de diagnóstico realizados, importa refletir acerca das limitações e constrangimentos verificados ao longo do processo. Primeiramente, a limitação temporal relacionada com a conceção do PMIM (seis meses), implicou a realização de opções ao nível dos procedimentos do diagnóstico, que necessitam de ser explanadas.

Primeiramente, compreende-se que as amostras não podem ser consideradas representativas a nível metodológico, no que diz respeito à população migrante residente no território, tendo em consideração a necessidade de concentrar o planeamento, diagnóstico e construção do Plano, num período limitado de tempo. No entanto, a opção de promoção de um processo participativo e as diligências e esforços empreendidos neste sentido, permitiram acolher opiniões e visões de diversos intervenientes – decisores políticos, representantes de entidades, pessoas de referência, comunidade migrante – que nos permitiram aceder a questões centrais, transmitidas por diversas vozes que possibilitaram a compreensão da sua relevância em todo o processo de integração.

A promoção deste processo, permitiu uma participação que se considerou bastante significativa. Foram registados 108 participantes nas sessões com a comunidade migrante, compreendendo-se se assim que, a opção do Município foi ouvir quem se disponibilizasse a dar a sua opinião, não discriminando os cidadãos face à sua nacionalidade ou situação de regularização.

Há ainda que considerar a possibilidade de respostas e contributos (inquéritos por questionário ou sessões com a comunidade) apresentarem distorções relacionadas com a desejabilidade social. Neste sentido, salienta-se que os dados aferidos no âmbito dos diversos procedimentos de diagnóstico apresentam limitações, não sendo passíveis de generalizações.

Apesar das limitações metodológicas referidas, há que salientar a importância do contacto de proximidade com os diversos intervenientes, possibilitado pela participação em eventos e iniciativas promovidas por associações que trabalham com a comunidade migrante. A auscultação das opiniões, necessidades e vontades em ambientes mais informais, que permitiam que todos se sentissem mais à vontade, contribuiu para uma perceção global e um conhecimento mais rico das áreas que nos propomos a trabalhar. De salientar que a predisposição para ouvir e estar com todos, a par com a informalidade dos contextos, possibilitou a auscultação de cada um, como o todo ao qual pertencem, ou seja, a comunidade migrante.

1.5 Estrutura – PMIM "Um Só Mundo"

O PMIM "Um Só Mundo", na sua qualidade de documento de política e gestão, incorpora na sua estrutura as componentes que visam possibilitar a compreensão do fenómeno migratório no concelho da Moita, como parte integrante da sua história, informando e consubstanciando a intervenção que se propõe, de modo a alcançar os objetivos definidos para a sua implementação.

Incorporando primeiramente uma caraterização sociodemográfica do concelho da Moita, concretizada a partir de dados estatísticos referentes ao território e enquadrada, sempre que possível, numa análise regional e nacional, pretende-se esboçar um retrato da população que reside no concelho, portuguesa e estrangeira, analisando as tendências demográficas numa perspetiva longitudinal.

Após esta caraterização sociodemográfica, procede-se ao retrato diagnóstico da comunidade migrante residente no território, partindo dos contributos dos participantes no processo de diagnóstico deste Plano. Organizado por áreas do IMAD, o diagnóstico contempla as necessidades e problemas identificados aos NPT e comunidade migrante em geral, de modo a possibilitar uma visão abrangente da realidade da população migrante que reside no território. Visando um enquadramento destes dados, os mesmos são aliados a indicadores e resultados de estudos nacionais, obtidos através da recolha e análise documental.

Perspetivando-se estas primeiras componentes como a base do presente Plano, resultaram das mesmas as dimensões operacionais e estratégicas do PMIM. Assumem-se assim como a expressão da intenção de ação e posicionamento dos diversos parceiros e do Município, ao nível da consolidação e (re)adequação das políticas de acolhimento e integração, com vista ao objetivo último deste PMIM, ou seja, o alcance de maiores níveis de integração da comunidade migrante residente.

Por fim, encontram-se explicitados os canais através dos quais se pretende garantir a constante adequação do PMIM às necessidades e condições de intervenção, monitorizando e avaliando a sua implementação.

2. Diagnóstico Local

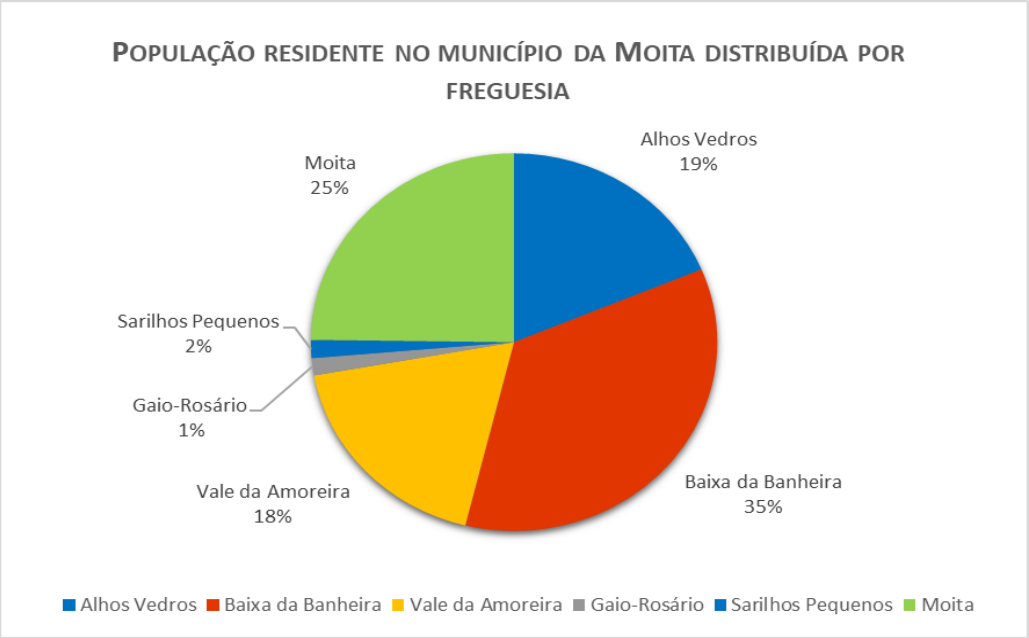
2.1 Caraterização do Município da Moita

O Município da Moita, pertencente ao distrito de Setúbal e assumindo-se como território integrante da Área Metropolitana de Lisboa (doravante designada por AML), situa-se na margem esquerda do estuário do Tejo. Composto por seis freguesias territorialmente estruturadas em quatro juntas de freguesia, nomeadamente, Junta de Freguesia da Moita, Junta de Freguesia de Alhos Vedros, União das Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, União de Freguesias de Sarilhos Pequenos e Gaio-Rosário, apresenta uma frente ribeirinha de 20 km.

De acordo com os Censos 2011, residiam no concelho 60 029 habitantes, o que constitui um ligeiro decréscimo comparativamente ao apuramento de 2001, que contabilizava 67 449 habitantes. Num registo mais recente, observamos que a população residente no concelho da Moita se situa nos 64 934 (INE, 2016), o que se traduz numa variação de 3.8% de diminuição da população residente comparativamente a 2011.

Este decréscimo populacional encontra paralelo na evolução demográfica do território nacional, que registou um decréscimo de 0.4% da população residente, ao considerarmos o período entre 2001 e 2016 (INE, 2016). Em oposição, observou-se um aumento de 5.7% da população residente na AML, constituindo Lisboa o Município com maior percentagem da população nesta região, reunindo 17.9% da população desta Área Metropolitana.

Gráfico 1: População residente no concelho da Moita, por freguesia - 2011

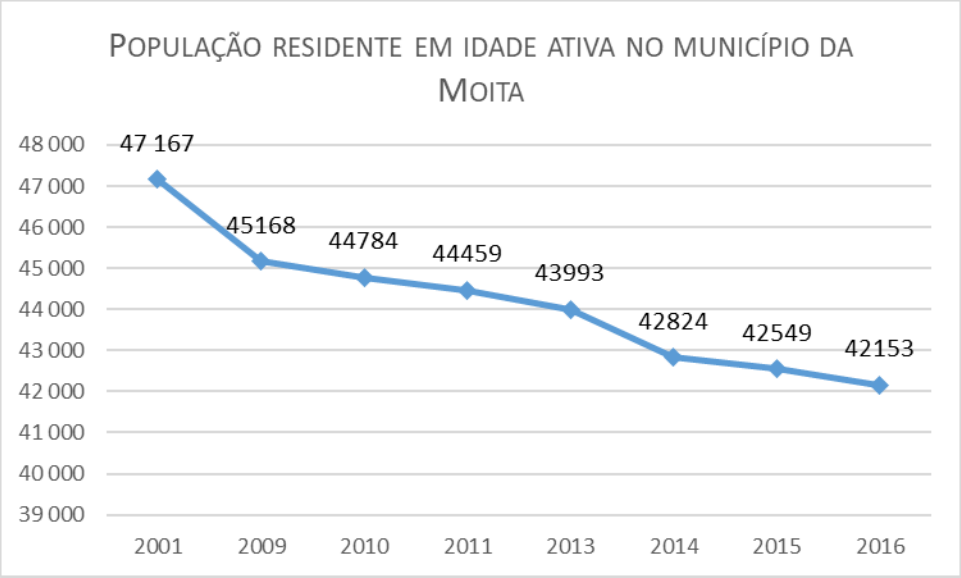


Fonte: Censos 2011

Ao efetuarmos uma análise mais específica da composição da população do Município da Moita, verificamos que se constituem como as freguesias mais populosas a Baixa da Banheira e o Vale da Amoreira, congregando 53% da população residente no concelho. Registando a menor taxa populacional, a União de Freguesias de Sarilhos Pequenos e Gaio-Rosário agrega 3% da população do concelho (Gráfico 1).

Atentando à constituição da população por grupos etários, e ao analisar o período compreendido entre 2001 e 2016, verifica-se uma diminuição de 10.3% da população em idade ativa (Gráfico 2). Esta tendência é igualmente observável a nível nacional e na AML, embora com uma menor expressão, situando-se na ordem dos 3.8% (INE, 2017).

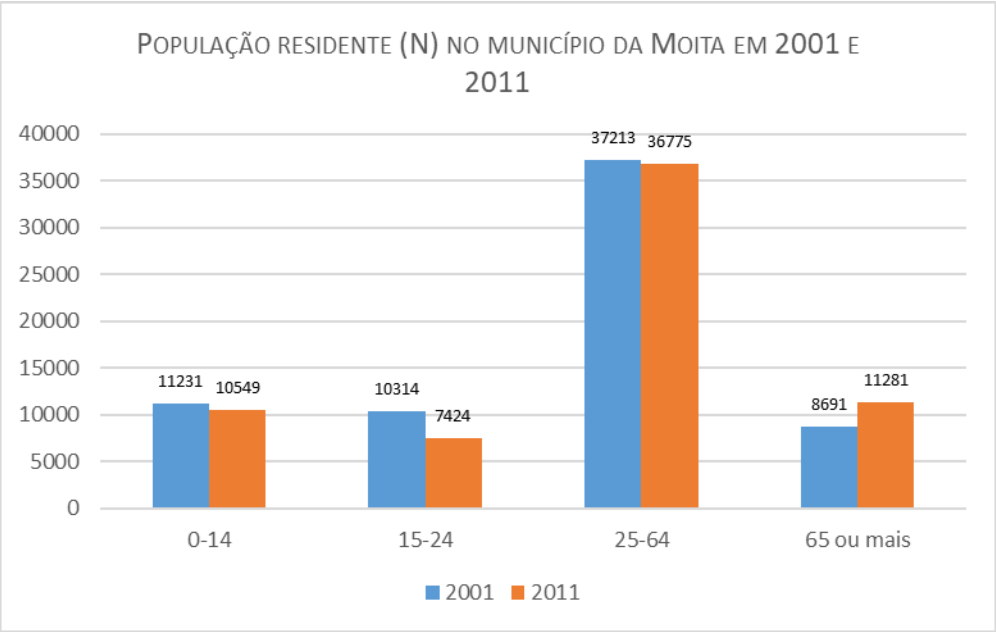
Gráfico 2: População residente em idade ativa no Município da Moita



Fonte: INE, 2017 (PORDATA)

Neste sentido, a maior variação sentida entre 2001 e 2011 prende-se com o aumento da população com mais de 65 anos de idade (variação de 29.8) destacando-se o aumento de 44.3% da população com mais de 75 anos. Compreende-se assim que 17% da população do concelho tem 65 anos ou mais, observando-se, em sentido inverso, uma diminuição dos jovens com idades compreendidas entre os 15 e 24 anos de idade (variação de -28.02), tendo aumentado o número de residentes com idades compreendidas entres os 35 e 39 anos (10.3%) A grande maioria da população do Município encontra-se no grupo etário 25-64 anos de idade (Censos 2011). Estes dados confirmam a tendência de diminuição de crescimento natural, com o acentuar do envelhecimento da população.

Gráfico 3: População residente no Município da Moita em 2001 e 2011, por grupos etários

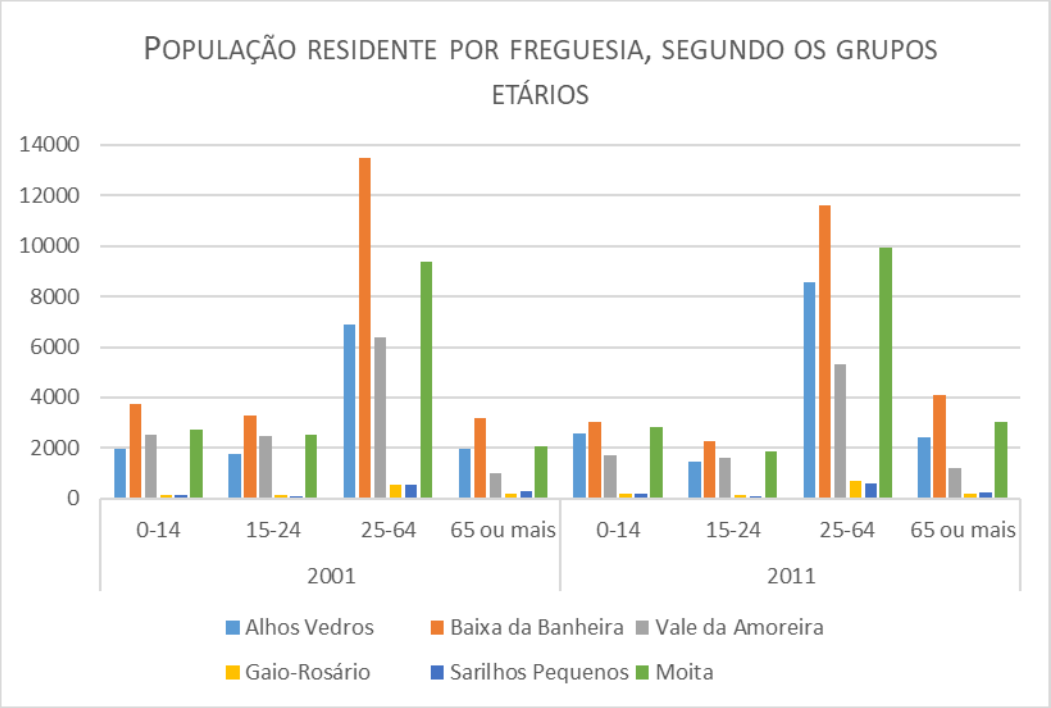


Fonte: Censos 2011

Esta tendência de envelhecimento da população é igualmente verificada a nível nacional (variação de 30.20 na população com mais de 65 anos) e na área Grande Lisboa (variação de 21.47 na mesma faixa etária).

Analisando de forma mais atenta as freguesias que compõem o Município, compreende-se que a única freguesia que apresenta uma diminuição da população com mais de 65 anos é a freguesia de Sarilhos Pequenos, sendo que as restantes freguesias registam um aumento de residentes dentro desta faixa etária. No que diz respeito ao grupo etário 0-14 anos de idade, destaca-se a freguesia do Gaio-Rosário como aquela que apresenta uma maior variação positiva (65.38), seguido de Sarilhos Pequenos (43.08) e de Alhos Vedros (30.89). Todas as freguesias apresentam um aumento da população residente com mais de 65 anos, sendo que a freguesia da Moita apresenta o aumento mais acentuado (6.1% entre 2001 e 2011) e a freguesia de Sarilhos Pequenos aquela que apresenta a maior percentagem de população de residentes com 65 anos (22.5%). Verifica-se assim que a freguesia de Sarilhos Pequenos se situa nos extremos no que diz respeito à variação das faixas etárias, apresentando o maior aumento de crianças e jovens até aos 14 anos, assim como a maior taxa de população com mais de 65 anos.

Gráfico 4: População residente por freguesia, segundo os grupos etários



Fonte: Censos 2011

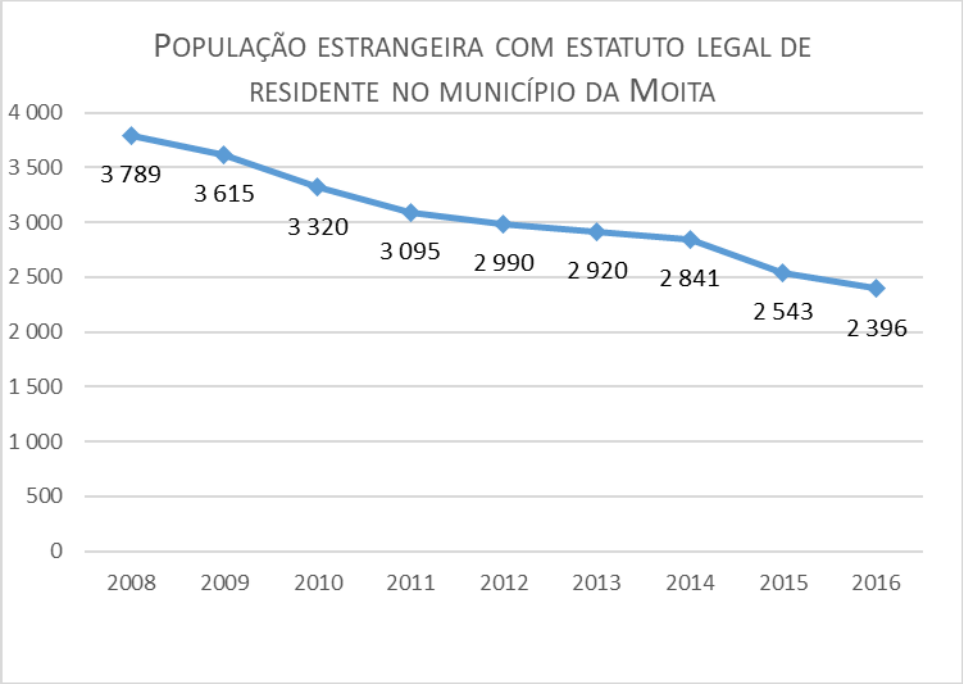
2.2 Caraterização sociodemográfica da população estrangeira residente no Município da Moita

O Município da Moita, ao longo da sua história, tem-se posicionado como destino de diversos movimentos de migração, apresentando um pluralismo demográfico. Migrantes provenientes de diversas zonas do país, como por exemplo o Alentejo, e imigrantes provenientes de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), que se fixaram no território desde o primeiro contingente de imigração (Baganha, Ferrão & Malheiros, 1999), escolherem esta zona do país pela proximidade a Lisboa e pelo tecido industrial que se instalou.

Uma análise mais recente dos movimentos migratórios, permite compreender uma diminuição da população estrangeira com estatuto legal residente (Gráfico 5). No ano de 2016, segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), 3.7% da população do Município era constituída por estrangeiros, refletindo este valor uma diminuição na ordem dos 2%, em comparação com aos valores de 2008. A taxa de crescimento migratório do concelho da Moita situa-se em terreno negativo, ao nível dos -0.04% (INE, 2016), assumindo-se como o quinto valor mais baixo da AML. Compreende-se assim que saem mais pessoas do concelho, do que as que entram, situação esta igualmente verificável em território nacional, que apresenta uma

taxa na ordem dos -0.10% (INE, 2016). Esta diminuição da presença de cidadãos estrangeiros é igualmente observável, ainda que de forma menos evidente, a nível nacional (-0.3% de população residente com estatuto legal) e na AML (-1%) (SEF, 2016).

Gráfico 5: População estrangeira com estatuto legal de residente no Município da Moita 2008-2016



Fonte: INE | SEF/MAI, 2016 (PORDATA)

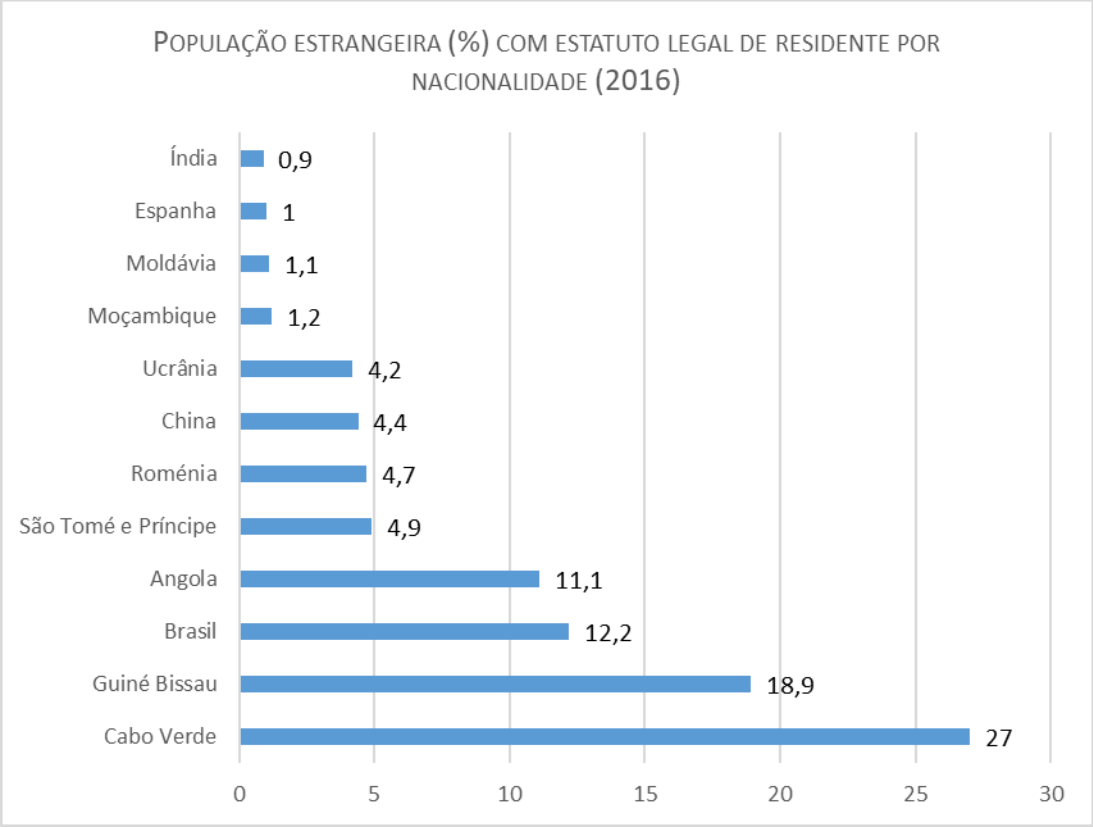
Quadro 3: População estrangeira com estatuto legal de residência 2008-2016

Território	2008	2011	2016
Portugal	436.020	434.708	392.969
AML	224.089	217.779	197.199
Moita	3.789	3.095	2.396

Fonte: INE | SEF/MAI, 2016

No que se refere às principais nacionalidades representadas no concelho (Gráfico 6), é possível observar a prevalência dos nacionais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), os quais representam 63.2% dos estrangeiros residentes, seguido dos nacionais do Brasil (12.2%), Roménia (4.7%), China (4.4%), Ucrânia (4.2%), Moldávia (1.1%) e Espanha (1%), de acordo com dados do SEF (2016).

Gráfico 6: População estrangeira (% e N) com estatuto legal de residente no Município da Moita, por nacionalidade



	Cabo Verde	Guiné Bissau	Brasil	Angola	S. Tomé Príncipe	Roménia	China	Ucrânia	Moçambique	Moldávia	Espanha	Índia
N	648	453	292	267	118	113	106	100	29	26	25	22

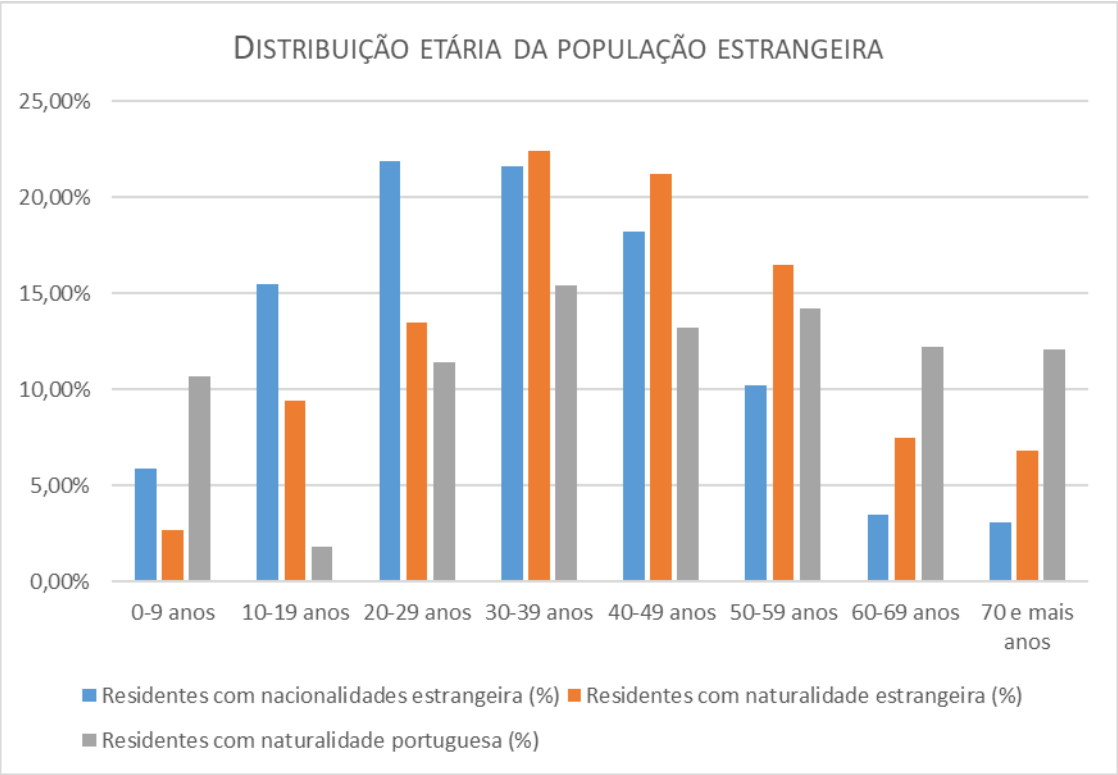
Fonte: INE | SEF/MAI, 2016 (PORDATA)

A comparação dos dados atuais com os de anos transatos, nomeadamente 2008 e 2011, permite denotar uma diminuição da representação de algumas nacionalidades. De forma mais acentuada, verifica-se um decréscimo de cidadãos residentes nacionais da Moldávia (-41.9% comparativamente ao ano de 2011), Angola (-33.25%) ou Guiné-Bissau (-25.3%) (SEF, 2016).

Os cidadãos **NPT** constituem-se como os cidadãos mais representativos da comunidade migrante, totalizando 2.028 cidadãos, provenientes de Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Brasil, China, Índia e outros países asiáticos e americanos.

Ao nível da distribuição etária da população estrangeira (Gráfico 7), salienta-se o facto de a maioria dos residentes estrangeiros se encontrar em idade ativa (60.2% entre os 20 e 59 anos de idade), sendo esta tendência contrária à evolução da população portuguesa residente (54.2%).

Gráfico 7: Distribuição etária da população estrangeira - 2011



Fonte: Censos 2011

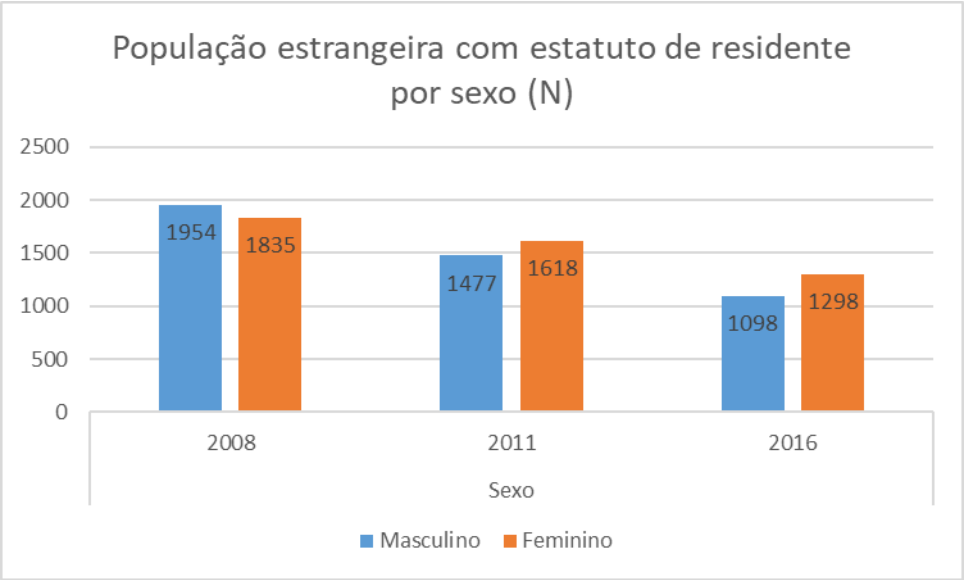
Confirmando a tendência do restante território, é possível observar uma predominância de mulheres estrangeiras a residir no Município da Moita (SEF, 2016). Constituindo 54.2% da população estrangeira com estatuto legal residente no concelho, a população feminina tem vindo a aumentar a sua representatividade (aumento de 5.8% em 2016 comparativamente aos dados de 2008). A nível nacional observou-se igualmente um aumento de 3.8% da população feminina residente, tendo este aumento se situado nos 3.4% ao nível da AML, ao compararmos os dados entre 2008 e 2016 (INE/ SEF, 2016).

Quadro 4: População estrangeira com estatuto legal de residente por sexo

Território	**Sexo**					
	Masculino			**Feminino**		
	2008	**2011**	**2016**	**2008**	**2011**	**2016**
Portugal	228300	218170	190846	207720	216538	202123
AML	115263	106693	94486	108826	111086	102713
Moita	1954	1477	1098	1835	1618	1298

Fonte: INE | SEF/MAI, 2016 (PORDATA)

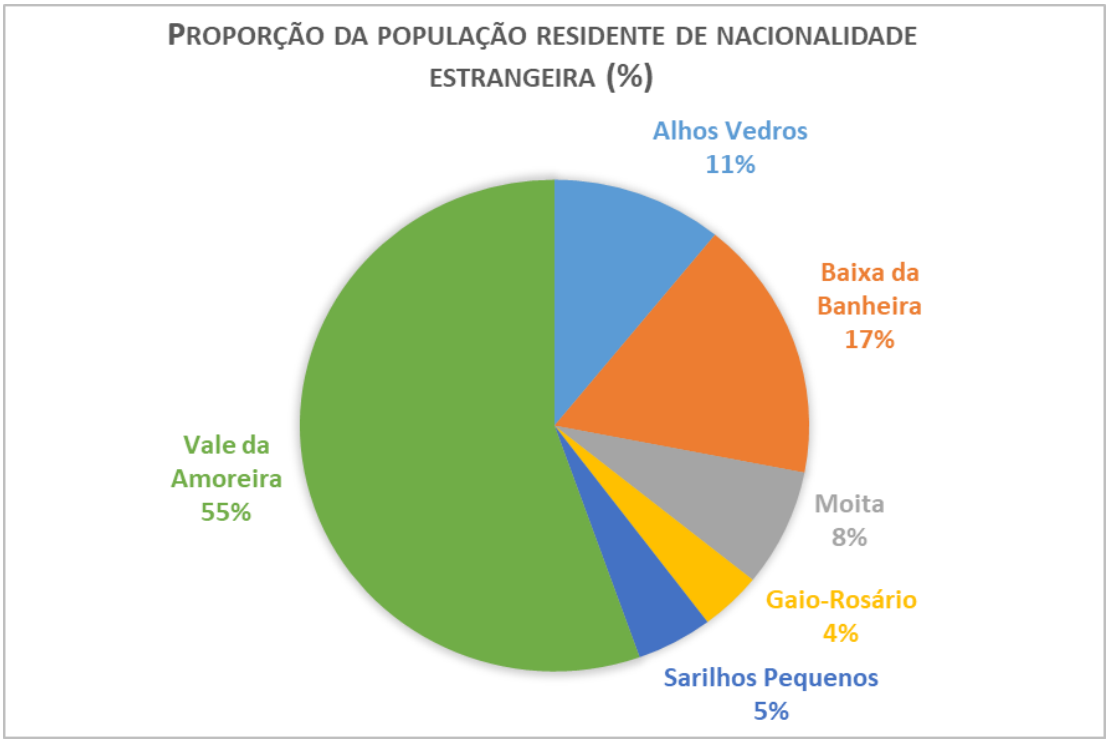
Gráfico 8: População estrangeira com estatuto legal de residente por sexo



Fonte: INE | SEF/MAI, 2016 (PORDATA)

Analisando a distribuição da população migrante por freguesia, verificamos que os territórios que compõem a União de Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, congregam a maior percentagem (72%), seguida de Alhos Vedros (11%) e da Moita (8%) de acordo com os Censos de 2011 (Gráfico 9).

Gráfico 9: Proporção da população estrangeira com estatuto legal de residente, por freguesia



Fonte: Censos 2011

Esta distribuição reflete-se na proporção da população residente de nacionalidade estrangeira, sendo que o Vale da Amoreira se assume como a freguesia composta por maior percentagem de residentes estrangeiros (14%), ultrapassando largamente as proporções registadas nas restantes freguesias, assim como a proporção registada a nível nacional (3.74%) e a nível da área metropolitana (7.81%) (Censos 2011).

A análise do **Diagnóstico da População Imigrante no Concelho da Moita**, realizado pelo Município da Moita em 2011 e promovido pelo ACIDI, I.P., permite-nos aceder a um perfil da população residente no concelho à data. Tendo sido realizado um mapeamento da população imigrante, foram identificados 29 países de origem e foram realizados, entre outras opções metodológicas, inquéritos a 343 indivíduos.

A análise dos dados apurados, permitiu compreender que:

- Quanto à composição do agregado familiar dos respondentes, verificou-se que 78% dos elementos é natural de outro país;
- 56.8% dos elementos dos agregados familiares com 14 e menos anos de idade, já são naturais do concelho da Moita;
- Da totalidade dos membros do agregado familiar, 61% tem nacionalidade estrangeira, 31% nacionalidade portuguesa e 2% tem dupla nacionalidade. Sendo que a maioria dos indivíduos que detém nacionalidade portuguesa ou dupla nacionalidade imigraram para Portugal entre 1975 e 1995, compreende-se que poderão ter sido abrangidos pelo processo de regularização que decorreu na década de 90; de igual modo, poderá indicar que as estadias mais longas aumentam a possibilidade de obtenção de nacionalidade portuguesa, por via do tempo de residência em território nacional;
- Nas situações em que a imigração é mais recente, os núcleos familiares são mais restritos. No caso dos PALOP, observa-se um núcleo familiar mais alargado, visto fazerem parte da primeira vaga de imigração;
- Quanto à entrada em Portugal, a maioria chegou por meios próprios (87%), sendo que 82% referiu ter vindo para Portugal diretamente do país de origem;
- Quanto aos motivos para a saída do país de origem, 41% apontou as questões económicas e ligadas ao emprego; 19% referiu o reagrupamento familiar; 9% indicou o acompanhamento dos pais; 9% questões ligadas à saúde; 8% foi motivado pelos estudos e 4% indicou motivos políticos. Neste âmbito, foram identificadas variações

relacionadas com o género, sendo que as mulheres referiram questões relacionadas com a saúde, o reagrupamento familiar e a ascendência/família portuguesa como as principais motivações para a vinda para Portugal. Os homens referiram a facilidade de entrada, o conhecimento da língua e o acompanhamento dos pais;

- Quanto à opção pelo concelho da Moita, as principais motivações referidas foram a família (50.4%) e o preço da habitação (33.2%);
- Ao nível da documentação mais utilizada para a entrada em Portugal, 37% referiu a utilização do passaporte sem visto, seguido do visto de turista (28%);
- Quanto à regularização da sua situação em Portugal, 82% dos respondentes referiram ter a sua situação regularizada, sendo que 9% indicou não se encontrar em situação regular.

2.3 Diagnóstico da comunidade migrante por área do Índice dos Municípios Amigos da Diversidade (IMAD)

Para a análise das necessidades e problemas identificados à comunidade migrante residente no concelho da Moita por áreas do Índice dos Municípios Amigos da Diversidade (IMAD), foi privilegiada a informação qualitativa recolhida nas diversas ações preparatórias dinamizadas, nomeadamente reuniões e sessões com cidadãos migrantes, técnicos e decisores políticos. Estes procedimentos de recolha de contributos visaram o acesso à perceção dos participantes relativamente a cada uma das áreas, em especial da comunidade NPT, visto assumir-se como o público-alvo prioritário do PMIM. A informação recolhida foi sistematizada e cruzada com dados de estudos nacionais, de forma a proceder ao seu enquadramento.

2.3.1 Serviços de Acolhimento e Integração

Analisando em primeira instância, os recursos específicos disponíveis no Município da Moita em matéria de acolhimento e integração de migrantes, verifica-se que se encontram em funcionamento dois CLAIM (Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes) que integram a rede CLAIM. Estas respostas resultam de parcerias estabelecidas entre o Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM) e a autarquia ou entidades locais, sendo que se encontram em funcionamento o **CLAIM Moita – Vale da Amoreira**, promovido pela autarquia, e o **CLAIM**

Quinta da Fonte da Prata, promovido pela Fundação Santa Rafaela Maria e do qual o Município da Moita é parceiro. Este último, disponibiliza desde 2012, os GAEI (Gabinetes de Apoio Especializado) na área Social (GAS) e Gabinete Psicológico (GP), para além da resposta do GAGIE (Gabinete de Apoio Geral, Informação e Encaminhamento). O CLAIM Moita – Vale da Amoreira, para além do horário de funcionamento no Vale da Amoreira, realiza atendimentos descentralizados, nas diversas freguesias do concelho.

Ao analisar a intervenção destes gabinetes, verifica-se que as principais questões que levam os cidadãos migrantes a procurar estes centros, prendem-se com a legalização e a nacionalidade (Quadro 5). Os cidadãos provenientes dos PALOP assumem-se como a maior parcela dos NPT que procuram este serviço, encontrando-se o número de mulheres e homens equiparado. Relativamente às faixas etárias, observa-se a predominância de pessoas em idade ativa, sendo que 47,6% dos cidadãos que recorreram ao CLAIM Fonte da Prata encontravam-se entre os 27 aos 46 anos de idade e 66.9% dos cidadãos migrantes que procuraram o CLAIM Vale da Amoreira, situava-se entre os 25 e 46 anos.

Resposta	Intervenção
Nº de pessoas migrantes (UE e NPT) que recorre aos serviços	493 cidadãos (240 mulheres e 253 homens)
Nacionalidades	Angola, Brasil, Cabo Verde, China, Guiné-Bissau, Roménia, Moçambique, São Tomé e Ucrânia.
Problemas apresentados	Legalização, nacionalidade, reagrupamento familiar e segurança social

Quadro 5: Nº de cidadãos, por género, nacionalidades e problemas apresentados pelos migrantes que recorreram ao CLAIM Moita – Vale da Amoreira, entre janeiro e meados de novembro de 2017

Grupo Etário	Total
<65 anos	36
56 – 65 anos	29
46 – 55 anos	59
36 – 45 anos	136
26 – 35 anos	53
18 – 25 anos	141
>18 anos	39
Total	**493**

Quadro 6: Faixas etárias dos cidadãos migrantes que recorreram ao CLAIM Moita - Vale da Amoreira, entre janeiro e meados de novembro de 2017

Resposta	Intervenção
Nº de pessoas migrantes (UE e NPT) que recorre aos serviços	154 cidadãos (76 mulheres e 78 homens)
Nacionalidades	Angola, Argélia, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Cuba, EUA, Guiné-Bissau, Índia, Itália, Moçambique, Moldávia, Roménia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Ucrânia.
Problemas apresentados	Regularização, nacionalidade, apoio social e apoio ao emprego

Quadro 7: Nº de cidadãos, por género, nacionalidades e problemas apresentados pelos cidadãos migrantes que recorreram ao CLAIM Moita - Fonte da Prata, entre janeiro e meados de novembro de 2017

Ano Nascimento	Grupo Etário	Mulheres	Homens	Total
1930-1940	87-77 anos	0	2	2
1941-1950	76-67 anos	2	3	5
1951-1960	66-57 anos	2	5	7
1961-1970	56-47 anos	12	10	22
1971-1980	46-37 anos	16	17	33
1981-1990	36-27 anos	21	20	41
1991-2000	26-17 anos	15	10	25
2001-2010	16-7 anos	8	6	14
2011-2020	<=6	2	3	5
Total		**78**	**76**	**154**

Quadro 8: Faixas etárias dos cidadãos migrantes que recorreram ao CLAIM Moita - Fonte da Prata, entre janeiro e meados de novembro de 2017

No que concerne a outros recursos existentes no concelho, observa-se a existência de apoios prestados de natureza social por diversas instituições e associações, que providenciam apoio à comunidade da Moita, incluindo cidadãos migrantes. Este apoio é efetuado em questões relacionadas com o seu acolhimento e integração, nomeadamente, regularização, nacionalidade, segurança social, finanças, educação e outros.

A análise dos dados qualitativos recolhidos ao longo do processo de diagnóstico, permitiu aceder à perceção dos principais fatores com efeito nos processos de acolhimento e integração. Para uma melhor análise dos mesmos, iremos elencar os problemas e necessidades identificados por migrantes e técnicos, focando primeiramente o processo de acolhimento e, posteriormente, de integração.

Acolhimento

No que diz respeito ao processo de acolhimento, foram reportados por cidadãos migrantes diversos fatores com influência neste processo.

Primeiramente, o **desconhecimento dos direitos e deveres em Portugal** por parte de quem chega foi referido como um constrangimento. Fatores como informação insuficiente disponibilizada pela sociedade de acolhimento, informação dispersa e pouco percetível para quem não lê ou lê pouco português, são apontadas como preponderantes. Foi igualmente referido que muitos cidadãos migrantes não procuram esta informação, ou não têm acesso às tecnologias de informação que permitem aceder à informação disponível *online* (em especial migrantes provenientes dos PALOP).

Em paralelo com esta situação, foi realçada a resposta dada pelos **Serviços de Estrangeiros e Fronteiras** (SEF), como a questão com maior influência ao nível do processo de acolhimento, afetando as restantes áreas. Informação desarticulada e pouco percetível, linguagem demasiado técnica utilizada por quem faz os atendimentos, morosidade ao nível da resposta e tempos de espera muito prolongados, são fatores que influenciam diretamente o processo de acolhimento dos cidadãos migrantes. O contacto com este serviço é descrito como discriminatório, diminuindo quem recorre ao mesmo e desrespeitador dos seus direitos dos migrantes enquanto pessoas.

A utilização/recurso a diferentes **serviços** foi igualmente enunciada como um constrangimento ao nível do acolhimento. A utilização de linguagem técnica/muito específica foi apontada como barreira à comunicação, especialmente para quem não domina a Língua Portuguesa. De igual modo, situações de desinformação, ou seja, informação incorreta ou desatualizada transmitida por quem se encontra a fazer o atendimento, foram indicadas como condicionando o acesso ao serviço.

A relação com as **embaixadas do país de origem** foi igualmente identificada como fator com influência no acolhimento. A burocratização destes serviços, a dificuldade de comunicação com os funcionários e de obtenção de documentos do país de origem, assumem-se como entraves ao processo de acolhimento, para quem procura regularizar a sua situação. Foram igualmente relatadas situações de corrupção que influenciam a resposta dada pelos serviços.

Na análise feita às respostas existentes no concelho, foi referido que não existe uma resposta específica ao nível do acolhimento de migrantes, tendo sido apresentados constrangimentos relativos ao acesso ao **CLAIM Moita – Vale da Amoreira**. Primeiramente, observou-se que

cidadãos migrantes que residem fora do Vale da Amoreira não tinham conhecimento da existência desta resposta ou acerca do seu modo de funcionamento. Os residentes do Vale da Amoreira, conhecendo este serviço, apresentaram questões relativamente ao seu funcionamento, tendo sido apontada a prática de um horário de funcionamento insuficiente e desfasado das necessidades dos seus utilizadores (segunda-feira das 9h00 às 12h30, sexta-feira das 14h00 às 17h30), tendo em consideração o volume da população migrante que reside nesta freguesia e o facto de muitas pessoas trabalharem e não terem a possibilidade de se ausentarem do seu local de trabalho.

Os **técnicos** que participaram no diagnóstico, identificaram igualmente situações que consideram comprometer o processo de acolhimento dos migrantes, que vão também de encontro às dificuldades assinaladas pelos cidadãos migrantes enunciadas anteriormente. É reconhecida a existência de boas políticas de acolhimento em Portugal, mas foi salientada a **dificuldade de acesso aos serviços existentes**, identificando-se a existência de informação insuficiente/desinformação acerca do acesso aos mesmos, recurso a linguagem muito técnica por parte dos funcionários, o que torna difícil compreender o que é dito, dificuldades reconhecidas à comunidade migrante ao nível do preenchimento de formulários, em especial para quem não domina o português e dificuldade na deslocação para aceder aos serviços, se não se situarem perto da sua zona de residência, por dificuldades económicas.

Foi referida a **inexistência de um processo de acolhimento estruturado**, essencial para quem chega sem rede de suporte (famílias, amigos). Nestas situações, a **informação dispersa ou desinformação** identificada, assume-se como um constrangimento, no que diz respeito à identificação dos serviços a aceder. Foi igualmente referida a necessidade de um acompanhamento de proximidade, visto o acesso aos serviços ser muitas vezes complexo (acesso ao SEF, Segurança Social, Finanças).

No que diz respeito às respostas existentes na comunidade, verificou-se que técnicos com intervenção no território não tinham conhecimento da existência do **Manual de Acolhimento ao Imigrante** (Município da Moita) e que é considerado que a sua acessibilidade é reduzida, pelo facto de estar disponível no *site* e nem todos os imigrantes saberem utilizarem ou terem acesso às tecnologias de informação. O facto de o mesmo ter sido distribuído pelas instituições foi apontado como positivo, mas foi referido ser necessário atualizar as informações que constam do mesmo, visto a ferramenta datar de 2012, tendo sido também sugerida a disponibilização da informação em formato mais conciso.

No que diz respeito aos serviços de acolhimento, compreende-se quem nem todos os técnicos têm conhecimento da existência do **CLAIM Moita - Vale da Amoreira**, desconhecendo a sua localização e modo de funcionamento. Técnicos que têm conhecimento desta resposta, referem que dois períodos de atendimento no Vale da Amoreira são insuficientes e desfasados da disponibilidade dos cidadãos migrantes. O facto de muitas pessoas se encontrarem em situação de precariedade laboral, leva a que não se possam ausentar do seu emprego para se dirigir a este serviço.

Focando outro motivo de chegada a Portugal, foi referido a **inexistência de apoios a doentes evacuados dos PALOP**, sendo que muitos cidadãos migrantes vêm para Portugal para tratamento sem qualquer recurso/informação ou com apoios insuficientes para fazer face às suas despesas, disponibilizados pelas embaixadas do país de origem.

No que diz respeito aos fatores que podem influenciar de forma positiva o processo de acolhimento, foi referida a existência de uma **rede de suporte** (família, amigos) e a importância do **apoio por parte dos serviços** existentes (SEF, associações, entre outros).

Em termos dos **serviços**, foi referida a importância de se apostar numa humanização dos mesmos, o recurso a linguagem mais percetível e a democratização da informação relativa aos direitos e deveres dos cidadãos migrantes, que permita realizar um encaminhamento efetivo, de acordo com as suas necessidades.

Integração

No âmbito do processo de integração, a **situação de permanência ou residência legal em Portugal** foi destacada como basilar neste processo, influenciando as restantes áreas (acesso à saúde, emprego, habitação, educação, entre outras). Esta situação, apontada por migrantes e técnicos, foi identificada como afetando um número alargado de munícipes que, não sendo possível quantificar devido ao receio de identificação por parte destes cidadãos, foi caraterizada como significativa.

Nesta questão, tão importante para os cidadãos e técnicos, tendo sido a mais focada nas sessões dinamizadas, os migrantes que residem no concelho, destacam a **resposta do SEF** como um fator com influência direta ao nível da sua integração e situação legal, mais especificamente, na regularização da sua permanência em Portugal.

- **Tempo de espera** muito prolongados nas marcações de primeira vez ou de renovação. Estes tempos de espera conduzem muitas vezes à expiração da validade da documentação,

implicando, entre outras situações, a cessação das prestações sociais por caducidade do documento;

- **Informação desarticulada** – informações prestadas aos cidadãos por diferentes funcionários não é coincidente, relativamente aos documentos necessários ou aos procedimentos a adotar. Foi relatado que as informações prestadas via contacto telefónico são desfasadas das transmitidas presencialmente;

- **Desadequação do perfil de atendimento** - A informação veiculada pelos migrantes inclui maus-tratos nos atendimentos, em especial se quem recorre ao serviço não dominar a Língua Portuguesa. Foi referido que se os cidadãos migrantes procurarem o serviço acompanhados por um técnico, a resposta por parte dos funcionários é mais adequada.

No processo de diagnóstico, surge ainda uma questão relatada pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Moita (CPCJ), relacionada com os jovens em situação de acolhimento residencial. É assim referido que muitos jovens que são acompanhados no âmbito da intervenção desta Comissão, e aos quais foi decretada a sua integração em Acolhimento Residencial, permanecem com a situação de permanência/residência em Portugal por regularizar. Apesar de se encontrarem à guarda do Estado, as entidades de acompanhamento não conseguem que a situação seja resolvida e quando os jovens se autonomizam aos 18 anos, permanecem em situação de irregularidade.

Ainda nas questões respeitantes à integração e situação legal, surge outra tipologia de questão também importante, que se prende com os **estrangeiros** que, tendo nascido cá, têm a nacionalidade dos seus ascendentes, deparando-se com questões de identidade, conforme foi relatado pelos participantes nas sessões.

Muitos destes jovens, não têm a situação de permanência regularizada, não têm nacionalidade portuguesa e são maiores de idade, encontram-se em situação de elevada precariedade. Por terem nascido neste país, não têm um visto de entrada em Portugal, não tendo igualmente sido atribuído o número de identificação da Segurança Social (NISS). Não possuindo esta documentação, não conseguem celebrar um contrato de trabalho que lhes permita regularizar a sua permanência neste país. Tendo sido relatados inúmeros casos de jovens nesta situação, verifica-se o vazio legal em que se encontra uma fração dos munícipes. Esta desproteção não permite uma integração efetiva, conduzindo em muitas situações, à opção por um mercado paralelo e fora da legalidade. A perceção do elevado número destas situações, relatada por migrantes e por técnicos, revela que a integração não ocorre, encontrando-se estes cidadãos

em situação de exclusão/vulnerabilidade social, e aos quais não é possível prestar apoio, por não se encontrarem dentro do sistema de proteção social.

A perceção dos participantes nas sessões revela que a freguesia do Vale da Amoreira se assume como aquela que acolhe a maior proporção destes casos. Residindo aqui muitos cidadãos provenientes de PALOP, verificam-se movimentos de migração que datam das décadas de 60/70, época em que se observou o primeiro contingente de imigrantes africanos (Machado, 1997). Estes cidadãos que aqui residem e constituíram família, são caraterizados como aqueles que apresentam a maior vulnerabilidade social. Tendo fixado a sua residência, muitos encontram-se em **situação de desemprego ou precariedade labora**l, com constrangimentos ao nível da habitação e saúde. No seguimento da crise económica e financeira que Portugal atravessou recentemente, foi possível observar um impacto acrescido neste grupo de migrantes em especial ao nível da sua situação de permanência / residência em Portugal, visto a situação documental estar diretamente relacionada com o vínculo laboral.

Assim, as situações de irregularidade identificadas tornam estes cidadãos migrantes/estrangeiros mais expostos a exploração e/ou precariedade laboral, desproteção social em situação de desemprego, carência económica e situações de aproveitamento (esquemas paralelos de obtenção de documentos ou contratos de trabalho). Esta vulnerabilidade reflete-se também no acesso à saúde, educação e tem consequências para o agregado familiar.

Em resumo

- Desconhecimento por parte dos cidadãos migrantes, relativamente aos seus direitos e deveres em Portugal (informação disponível caraterizada como dispersa e pouco perceptível);
- Identificação de cidadãos migrantes em situação de permanência ou residência legal em Portugal por regularizar (por vezes de longa data e em ciclos difíceis de quebrar);
- Situação de jovens estrangeiros (nascidos em Portugal) que não têm a sua situação de permanência regularizada;
- Inexistência de um processo de acolhimento estruturado, especialmente para quem chega sem rede de suporte;
- Resposta do SEF classificada como morosa, sendo a informação transmitida caraterizada como desarticulada e pouco percetível;
- Utilização dos Serviços - identificação de situações de desinformação ou transmissão de informação desatualizada no que diz respeito à comunidade migrante, com recurso a

linguagem muito técnica/pouco perceptível, conduzindo a dificuldades ao nível da comunicação;

- Desatualização da informação que consta do Manual de Acolhimento ao Imigrante;
- CLAIM Moita | Vale da Amoreira – desconhecimento desta resposta por parte de técnicos e migrantes; indicação da necessidade de readequação dos horários.

2.3.2 Urbanismo e Habitação

Assumindo-se o acesso à habitação como o terceiro fator com maior influência no processo de integração dos migrantes (de acordo com a ficha de levantamento de contributos, preenchida por entidades pertencentes à Rede Social), encontra-se diretamente dependente da situação face ao emprego e da regularização da permanência em Portugal.

O Relatório Estatístico Anual (Oliveira & Gomes, 2017), mobilizando diversos estudos que focam a relação entre imigrantes e habitação, refere que a situação de desvantagem das populações de imigrantes no mercado de habitação é percetível nos diversos países da União Europeia. Associam-se, deste modo, à população imigrante os alojamentos precários, sobrelotados, sem infraestruturas básicas, localizados em bairros degradados (Fonseca et al, 2013 in Oliveira & Gomes, 2017). Considerando que fatores específicos de cada país, tais como a regulamentação do mercado de habitação, influenciam o acesso à habitação, sendo que a perceção dos participantes no processo de diagnóstico do PMIM, espelha a situação de desvantagem em que a população migrante se encontra, em comparação à população autóctone.

No que diz respeito ao acesso à habitação foram referidos constrangimentos que condicionam o mesmo. Um dos requisitos para o **arrendamento,** nomeadamente, a solicitação de um fiador, é um deles, uma vez que os migrantes que não possuem rede de suporte em Portugal, encontram-se em situações de maior fragilidade, sendo o acesso a uma habitação dificultado mesmo que tenham um contrato de trabalho e rendimento regular. No que diz respeito à **compra** de uma casa, também a necessidade de um fiador e os requisitos relativos ao prazo de validade do título de residência, assumem-se como condicionantes.

Dados do Eurostat de 2015 demonstram que, em Portugal, os estrangeiros registavam -44pp que os nacionais no acesso a habitação própria (Oliveira & Gomes, 2017). No que diz respeito ao mercado de arrendamento, os Censos de 2011 revelam que 53,9% dos estrangeiros residentes em Portugal, eram arrendatários ou subarrendatários do alojamento em que residiam. No diagnóstico conduzido no concelho da Moita (Câmara Municipal da Moita, 2011),

84% dos inquiridos referiram ter a intenção de adquirir casa própria no concelho da Moita, o que pode indiciar a não intenção de deslocalização, sendo que quem não possuía já casa própria, encontrava-se a residir em casa de familiares (41%), em alojamento social (34%) ou em casa arrendada (25%). A elevada percentagem de inquiridos a viver em alojamento social, indicia baixos rendimentos e a existência de situações de vulnerabilidade social.

Esta situação foi frisada nos momentos de diagnóstico realizados no âmbito do PMIM, sendo referida a relação direta entre o pagamento da prestação de uma casa com a situação laboral. Tendo sido identificadas diversas situações de desemprego ou precariedade laboral, compreende-se que a habitação se assume como uma área em que se verificam situações de instabilidade, que condicionam a integração.

No seguimento das situações de vulnerabilidade identificadas, foi referida a situação de **sem-abrigo** em que cidadãos migrantes se encontram, mais especificamente identificação de nacionais dos PALOP. Tendo alguns destes cidadãos chegado na vaga mais antiga de imigração (anos 60), e não tendo presentemente trabalho ou pensão, encontram-se em situação de desproteção, sem forma de pagar uma habitação ou outras despesas básicas. Foram igualmente identificadas situações de imigrantes que, num movimento de migração mais recente, ficam alojados na casa de familiares ou amigos que, por sua vez, muitas vezes já se encontram em situação de fragilidade económica. Dado o tempo que implica a regularização da situação de permanência em Portugal, classificado como morosa, a procura de emprego e o alcance de estabilidade financeira essencial para a autonomia, o imigrante que chega é perspetivado como um encargo acrescido (pela utilização da água, eletricidade, comida), tendo de sair daquela habitação onde tinha sido acolhido.

Foram também identificadas situações de **sobrelotação das habitações**, em especial na freguesia do Vale da Amoreira, assim como **situações de ocupação** não autorizada. Foram relatados casos de nacionais da Guiné-Bissau que chegam a Portugal e que ocupam casas que não se encontram habitadas. As instituições bancárias, muitas vezes proprietárias destas habitações, optam por não adotar diligências para desocupar as casas, devido às despesas inerentes. Esta situação conduz à destruição de património privado e desvalorização das habitações.

No que diz respeito à taxa de sobrelotação de habitação, entendida como "a proporção da população que vive em alojamentos em que o número de divisões habitáveis é insuficiente para o número e perfil demográfico dos membros do agregado" (Oliveira & Gomes, 2017), dados do Eurostat referentes a 2015, referem que Portugal regista a sétima posição, no que se

refere à distância nas taxas de sobrelotação dos alojamentos dos cidadãos nacionais e estrangeiros, com os estrangeiros a registar +17,5pp que os nacionais na sobrelotação dos alojamentos.

No que concerne às respostas facilitadoras para o acesso à habitação, compreende-se que no Município da Moita se observa a existência de políticas de realojamento e proteção social. A freguesia do Vale da Amoreira integra o mais elevado número elevado de fogos de habitação social, a cargo da autarquia e do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), o que conduz a que se assuma como um recurso para os cidadãos migrantes em situações de maior vulnerabilidade social. Enquanto condição de acesso, é necessário que os cidadãos migrantes tenham a sua situação de permanência em território português regularizada, o que muitas vezes não se verifica, conduzindo a situações de maior vulnerabilidade.

Saliente-se que o Município da Moita incluiu no Programa de Concurso para atribuição de habitações sociais que decorreu em 2017, a admissão a concurso de cidadãos estrangeiros "detentor(es) de título válido de permanência no território nacional", tendo concorrido 22 estrangeiros nestas condições.

Em resumo

- Rendas caraterizadas como muito altas para quem tem rendimentos baixos/não aufere rendimentos;
- Situação habitacional dependente da regularização da situação documental e emprego – maior vulnerabilidade de quem não possui estas situações regularizadas;
- Ocupação e sobrelotação de habitações;
- Situação de cidadãos migrantes sem-abrigo;
- Necessidade de um fiador para arrendar/comprar casa (constrangimento para quem não tem rede de suporte em Portugal).

2.3.3 Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

A procura de emprego e, por conseguinte, melhores condições de vida, é uma das principais motivações para a migração, sendo que a análise desta área se assume como uma das mais prementes, no que diz respeito à observação do processo de integração. Tendo em consideração que as questões económicas e ligadas ao emprego são identificadas por 41% dos inquiridos como o motivo para a saída do país de origem (Câmara Municipal da Moita, 2011) e que o estabelecimento de uma relação laboral se assume como um dos pressupostos para a

regularização da permanência em Portugal, esta área é salientada como uma das mais importantes no âmbito do processo de integração (segundo fator com maior preponderância, de acordo com as fichas de levantamento de contributos preenchidas pelos parceiros da Rede Social).

Baganha, Ferrão e Malheiros (1999) ao analisar os ciclos de imigração em Portugal, referem que, apesar de já existirem estrangeiros ativos no mercado de trabalho, foi a partir dos meados dos anos 70 que as comunidades migrantes começaram a adquirir maior visibilidade no contexto nacional, tendo o processo de descolonização após a revolução de 1974, promovido um aumento exponencial de chegadas de nacionais africanos, provenientes das antigas colónias. A segunda fase do ciclo de imigração em Portugal, referida pelos autores, teve início nos anos 80, sendo que o número de estrangeiros continuou a aumentar a um ritmo razoável, sendo de registar o aumento de entradas de outras nacionalidades, provenientes de países asiáticos e sul-africanos, o que poderá indiciar uma mudança do papel de Portugal no contexto das migrações internacionais. As oportunidades existentes ao nível das obras públicas, construção civil, serviços pessoais e domésticos e profissões liberais, permitiam identificar a Área Metropolitana de Lisboa, na qual se insere o concelho da Moita, como uma região geográfica em que a população estrangeira ativa assumia um papel preponderante, em relação ao total da força de trabalho, maior do que noutras zonas do país.

Numa análise mais recente, tem-se continuado a salientar o papel fundamental dos imigrantes na melhoria da eficiência dos mercados de trabalho, contemplando a hipótese que, sem os imigrantes, setores económicos e atividades não sobreviveriam ou entrariam em crise (Münz et al, 2006 in Oliveira & Gomes, 2017).

A segmentação do mercado de trabalho em função das nacionalidades dos trabalhadores (Baganha, Ferrão & Malheiros, 1999), assim como uma **sobre representação de estrangeiros em atividades e setores económicos do país menos qualificados, mais precários, mais expostos a instabilidade na relação laboral, com menores remunerações e de maior incidência de sinistralidade laboral** (Oliveira & Gomes, 2017), são caraterísticas identificadas à mão de obra migrante, tendo sido salientadas no processo de diagnóstico do PMIM, por técnicos e por cidadãos migrantes.

A instabilidade na relação laboral indicada, refletiu-se nas condições de empregabilidade destes trabalhadores, durante a crise económica e financeira que o país atravessou. Apresentando **taxas de desemprego mais elevadas** do que os nacionais e **níveis remuneratórios mais baixos**, verificaram-se **condições de exclusão e fragilidade decorrentes**

da dependência dos rendimentos de trabalho como meio de vida, num **contexto de diminuição de postos de trabalho, redução salarial e flexibilização dos vínculos contratuais** (Esteves et al, 2017). Tendo em consideração que a área da construção civil, que integrava uma grande proporção de mão de obra estrangeira apresentou uma estagnação neste período, compreende-se que os cidadãos estrangeiros que a integravam apresentavam poucas qualificações e, por vezes, um baixo domínio do português, o que influenciou o acesso a outras áreas profissionais, conduzindo a uma dificuldade na (re)integração no mercado de trabalho e à observação de situações de elevada carência socioeconómica, aliadas à dificuldade de (re)ajustamento a outras áreas laborais.

Estas caraterísticas elencadas, apresentaram variações, no que diz respeito ao género. As **mulheres** estrangeiras foram descritas, pelos participantes no processo de diagnóstico do PMIM, como possuindo uma maior capacidade de adaptação e (re)ajuste a diferentes áreas profissionais, ainda que a área das limpezas tenha sido referida como a mais acedida por mulheres estrangeiras. Apesar da capacidade de adaptação das mulheres, dados nacionais de 2016 demonstram a preponderância do desemprego das mulheres estrangeiras (58,4%), comparativamente aos homens (45,2%), segundo dados do IEFP (Oliveira & Gomes, 2017). A Estratégia para a Igualdade entre Homens e Mulheres 2010-2015 alertava para a diminuta taxa de emprego das mesmas[5], durante os primeiros três anos da sua estadia no país de acolhimento. Neste âmbito, era reforçada a necessidade de prestar apoio às mulheres migrantes numa fase precoce, informando dos direitos, no sentido de facilitar a sua integração e o acesso à educação e aos cuidados de saúde. Foi sublinhada a repercussão das disparidades observadas ao nível do seu percurso profissional, no momento da reforma, sendo as suas pensões de valor mais baixo, o que dificulta a autonomia das mulheres (COM, 2010).

Analisando o contexto português, compreende-se que a taxa de desemprego das mulheres só suplantou o desemprego dos homens a partir de 2013, pois em 2011 o emprego dos homens estrangeiros era superior, resultado do impacto na crise económica nas atividades económicas que os homens integravam.

Enquanto consequências destas variações no que diz respeito ao mercado de trabalho, foi salientada a caducidade da autorização de residência de muitos cidadãos migrantes, por inexistência de contrato de trabalho, assim como situações de **desproteção social**. Quem não tinha contrato de trabalho, não tinha direito a subsídio de desemprego ou, quem o teve e este

[5] Conclusões do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros sobre a integração enquanto motor para o desenvolvimento e a coesão social, 10307/10 de 03/06/2010

terminou, não teve acesso a subsídios de emergência social, tal como o Rendimento Social de Inserção (RSI). Impactos ao nível da saúde mental, situações de dependência (álcool), desalojamento, assumiram-se como consequências que os técnicos referiram ainda hoje se observarem.

Outra das consequências elencadas, foi a vulnerabilidade apresentada pelos trabalhadores estrangeiros. A reduzida oferta de trabalho e a elevada procura, potenciou situações de **exploração laboral** que foram relatadas pelos técnicos. Tendo em consideração a importância de ter um contrato de trabalho celebrado, os empregadores disponibilizavam-se a celebrar contratos, desde que os encargos que seriam da sua responsabilidade, fossem assumidos pelos empregados.

Esta necessidade conduzia a um não questionamento aos empregadores, sendo que muitos cidadãos migrantes não sabiam se tinham contrato celebrado ou as condições do mesmo. O **desconhecimento dos direitos e deveres laborais** surge aqui como um fator que influencia a precariedade, aliado ao medo de incorrer em situações de irregularidade, no que diz respeito à permanência/residência em Portugal.

Ao nível do **acesso a emprego**, foram sinalizados diversos condicionantes identificados à comunidade migrante, nomeadamente a situação documental, a formação exigida, a idade e o domínio da língua portuguesa. Foram igualmente enunciados estereótipos existentes relativos aos cidadãos migrantes, nomeadamente, considerarem que vieram para Portugal para "tirar o trabalho aos portugueses".

Relativamente ao **processo de candidatura** a emprego, foram igualmente identificadas dificuldades, nomeadamente, a construção do tipo de *Curriculum Vitae* solicitado em alguns processos de recrutamento (*Europass*) e a necessidade de ter um endereço eletrónico. Estes requisitos foram caraterizados como uma barreira para alguns cidadãos migrantes (nacionais PALOP), dadas as dificuldades apresentadas no acesso e utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação. A barreira linguística assume-se como outra condicionante, quer no processo de recrutamento, quer no acesso a áreas laborais. Esta situação foi identificada a nacionais de países africanos que, apesar de a língua oficial do seu país ser o português, muitas vezes não o dominam.

No que diz à **conciliação do trabalho com a vida familiar**, foi indicada a necessidade de muitos cidadãos migrantes realizarem duplas jornadas de trabalho, de modo a fazer face às despesas (alimentação, habitação, transporte, educação dos filhos), sendo que muitos trabalhadores estrangeiros trabalham em Lisboa. O tempo das deslocações, aliado a um horário de trabalho

extenso foi caraterizado como tendo implicações a nível familiar. Na sessão de auscultação da comunidade migrante no Vale da Amoreira, foi referido que muitas crianças e jovens permaneciam sem supervisão, o que conduzia à observação de comportamentos desviantes, visto não terem a supervisão familiar de que necessitavam. Dados relativos à intervenção da CPCJ da Moita, permitem compreender que as crianças e jovens de nacionalidade estrangeira acompanhadas em 2017, residiam na União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, sendo estas as freguesias onde se observam a prevalência de famílias com condições laborais apontadas como mais precárias.

A vida familiar apresenta outras condicionantes no que se refere à inserção no mercado de trabalho. A constituição de uma família e a opção de ter filhos, que se assume como um ponto positivo para a demografia nacional e local, apresenta condicionantes, nomeadamente ao nível das respostas de apoio à infância. As respostas educativas em Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) para crianças até aos 3 anos são caraterizadas como insuficientes, sendo difícil a obtenção de uma vaga. Se existir a necessidade de ingressar nesta resposta durante o ano letivo, torna-se mais complexo o acesso, visto os grupos estarem usualmente completos. Estas situações foram indicadas como condicionando o acesso ao mercado de trabalho por parte das mães, em especial pelo facto de muitas vezes só a família nuclear viver em Portugal e não possuírem uma rede de suporte.

No que concerne ao estabelecimento de **negócios próprios**, foi identificado pelos participantes nos momentos de diagnóstico, que os nacionais da China são os cidadãos que mais apostam na criação do seu próprio emprego, nomeadamente na constituição de lojas de conveniência, frutarias ou churrascarias. Verifica-se igualmente a criação de outros negócios, tais como lojas de produtos para cabelo ou lojas de telemóveis.

Cidadãos migrantes que participaram no processo de diagnóstico apontaram como motivos para não iniciar o seu próprio negócio, o **investimento inicial** que é necessário e o facto deste se assumir como um **risco**. Sendo que muitos cidadãos migrantes não possuem a verba necessária para iniciar o seu negócio, consideram um elevado risco recorrer a **financiamento** para tal. Foi referida a importância de terem formação no que diz respeito ao início de um negócio próprio, para compreenderem como funcionam as leis e regulamentos portugueses.

Em resumo

- Observação de situações de exploração e precariedade laboral– baseadas na necessidade de celebrar contratos de trabalho para manter a autorização de residência no país;
- Desconhecimento dos direitos e deveres laborais – termos do contrato de trabalho, contribuições para a Segurança Social, entre outros;
- Taxas de desemprego mais elevadas –maior impacto da crise económica e financeira nas áreas comummente acedidas pelos cidadãos migrantes (construção civil, obras públicas) – consequências identificadas a nível económico, habitacional, de regularização e de saúde (doença mental);
- Acesso a profissões menos qualificadas (construção civil, serviços domésticos), auferindo salários mais baixos;
- Dificuldades no acesso a emprego – identificadas condicionantes, nomeadamente, a situação documental, formação exigida, idade, domínio da língua portuguesa e dificuldade de ajustamento a diferentes áreas profissionais (por exemplo, com a crise que afetou a construção civil);
- Dificuldades no processo de candidatura – ao nível da construção do CV (*Europass*), de criação do e-mail e barreira linguística (entrevista).

2.3.4 Formação e Capacitação

No âmbito da área da formação, uma das principais dificuldades elencadas prende-se com o **processo de reconhecimento de qualificações** do país de origem. Esta situação foi apontada, especialmente por migrantes licenciados, em especial se esse processo decorreu antes da implementação do processo de Bolonha. O custo da tradução certificada assume-se como o principal constrangimento, conduzindo à opção de não se proceder ao reconhecimento e, por conseguinte, ao acesso a atividades profissionais menos qualificadas. Oliveira e Gomes (2017) referem que "nem sempre a distribuição dos trabalhadores estrangeiros pelos grupos profissionais do mercado de trabalho em Portugal reflete as suas qualificações" (p.102), sendo que integram o mercado de trabalho trabalhadores em situação de sobre qualificação (trabalhadores com um nível de qualificação superior ao requerido pela atividade laboral que exerciam), em especial trabalhadores vindos da Europa de Leste.

O Diagnóstico da População Imigrante no Concelho da Moita (Câmara Municipal da Moita, 2011) identifica variações ao nível formativo e de escolaridade por parte dos cidadãos migrantes residentes na Moita, por nacionalidade. Dados obtidos neste estudo diagnóstico demonstram que os naturais da China, Ucrânia, Brasil e Moldávia apresentam maiores níveis

de escolaridade, sendo que os naturais de S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Moçambique e Cabo Verde apresentam menor nível de escolaridade.

Tendo em consideração que a maioria dos cidadãos migrantes com residência legal no concelho são nacionais dos PALOP, verifica-se que o nível de formação e escolaridade da população que reside na Moita se assume como baixo ou inexistente (Câmara Municipal da Moita, 2011), o que influencia o acesso ao mercado de trabalho. Deste modo, e considerando que a maioria dos cidadãos migrantes desempenha a sua atividade laboral na área da construção civil e obras públicas (25% segundo dados do Diagnóstico da População Imigrante, Câmara Municipal da Moita, 2011) e dadas as flutuações ao nível da empregabilidade observadas (estagnação verificada no período da crise económica e financeira), salienta-se a importância de incremento das qualificações e competências para exercícios de outras atividades profissionais. Este investimento, pode conduzir a uma maior empregabilidade, devido ao acesso a áreas profissionais diversificadas, possibilitando a celebração de contratos de trabalho (essenciais à regularização de permanência/residência em Portugal), e permitindo auferir uma remuneração, que se constitui como o principal meio de vida.

Nesta área, e quando inquiridos os participantes acerca da importância de frequentarem formação, 64% dos inquiridos respondeu "Sim", que acha importante para si frequentar formação profissional. No que diz respeito à oferta disponível e opção por áreas formativas, foi referido que os cidadãos migrantes usualmente ingressam nas formações propostas pelos Serviços de Emprego, sendo que foi referido que gostariam de ter disponíveis opções para quem já tem o 12º ano. Tendo em consideração a preponderância desta área, compreende-se que os participantes no processo de diagnóstico a indiquem como influenciando a empregabilidade da população estrangeira, que sente de forma agravada os efeitos do desemprego.

Em resumo

- Preponderância da formação e incremento das qualificações, enquanto promotores do acesso ao mercado de trabalho e, consequentemente, na regularização da situação documental e possibilidade de auferir um rendimento;
- Dificuldades ao nível do reconhecimento de qualificações do país de origem – processo com custos elevados;
- Dificuldade em termos de mobilidade para quem está desempregado e necessita/pretende frequentar formação (transportes com custos elevados, baixa cobertura da rede).

2.3.5 Educação e Língua

O domínio da **língua portuguesa** foi apontado como um dos fatores com maior preponderância no processo de integração. Quer ao nível da integração no mercado de trabalho, formação ou utilização dos serviços, o domínio do português foi descrito transversalmente como um fator decisivo ao nível da integração.

As maiores dificuldades/necessidades apontadas relacionam-se com a dificuldade de comunicação por parte de quem não domina o português, ou seja, com a barreira linguística existente que interfere, entre outros, na comunicação com os serviços (Saúde, Finanças, Segurança Social e outros), e no preenchimento de formulários e leitura de informações escritas.

Foram indicadas as dificuldades experienciadas pelos nacionais dos PALOP, que apenas falam o crioulo ou outro dialeto dos seus países de origem. Sendo identificada esta situação num número alargado de migrantes, foi referido ainda que não existe um serviço de tradução desta língua para português em muitos serviços. A resposta identificada, foi o serviço de tradução telefónica, disponibilizado pelo ACM.

No que se refere aos cursos inseridos no **Programa Português para Todos (PPT)**, foram identificados constrangimentos, nomeadamente o desconhecimento relativamente ao locais e modos de funcionamento destas respostas, por parte de cidadãos migrante e de técnicos. Outro constrangimento relaciona-se com o facto de os cursos que funcionam nas escolas, serem lecionados em estabelecimentos educativos que integrem o 3º Ciclo do Ensino Básico. Tendo em consideração que são observados diferentes níveis de literacia de quem frequenta estes cursos (situações de analfabetismo e de formações superiores), foi sublinhada a importância de serem ministradas competências básicas, para quem necessitasse das mesmas.

Relativamente à **Educação**, foram identificados constrangimentos pelos estabelecimentos educativos que participaram no processo de diagnóstico, com especial enfoque nos processos de equivalências. Foi indicado por professores, que se está a assistir ao retorno de famílias que residiram no Reino Unido, onde as crianças e jovens frequentaram o sistema de ensino. O regresso a Portugal, tem apresentado algumas dificuldades ao nível da integração escolar destes jovens no sistema de ensino português, relacionadas com o processo de **equivalências.** Primeiramente, foi referida a situação de jovens que chegam a Portugal sem o certificado de habilitações, sendo que nesses casos as escolas procuraram encetar contacto com as escolas inglesas e com a Embaixada Britânica, sendo que estes contactos são descritos como infrutíferos. Nestas situações, nas quais não é possível a obtenção do certificado de

habilitações, procede-se à realização de matrículas condicionais, sendo as crianças ou jovens colocados nas turmas de acordo com a idade, e não pelas suas habilitações ou níveis de conhecimento. Estas situações assumem-se igualmente como desafiantes quando os jovens frequentavam o ensino profissionalizante, com uma estrutura diferente das formações portuguesas, visto os jovens trazerem certificações em Unidade Curriculares específicas, não existindo indicação do ano escolar ou área do curso que ingressaram.

Outros constrangimentos são observados nas situações de quem traz o certificado de habilitações, mas que necessita de proceder à sua tradução devidamente certificada. Tal implica um custo elevado, que é descrito como impraticável para famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade financeira. Este custo, conduz a que não se proceda à sua tradução, o que os torna inválidos no que diz respeito à sua aceitação pelos serviços portugueses. Foram igualmente identificadas situações de certificados/documentos falsos apresentados, por parte de estudantes provenientes da Guiné-Bissau.

No que concerne ao **aproveitamento escolar dos jovens migrantes**, foram referidas algumas dificuldades de adaptação. Em Portugal, quando existe uma transição de país, os jovens têm a prerrogativa de ingressar no ano letivo anterior àquele que têm equivalência. No entanto, muitos jovens optam por não o fazer, sendo descritas dificuldades experienciadas no que diz respeito à adaptação. O domínio da Língua Portuguesa, foi igualmente indicada como um fator que influencia a adaptação e o aproveitamento escolar. Estudos desenvolvidos pela OCDE (2006, 2010) demonstram que os imigrantes tendem a apresentar maiores dificuldades em obter bons resultados escolares, em comparação aos nacionais do país de acolhimento (Oliveira & Gomes, 2017). No estudo levado a cabo pela OCDE em 2016, os estudantes imigrantes encontram-se frequentemente em situação de dupla desvantagem pela sua condição de imigrante e pela sua classe social ou privação social (PISA, 2016 in Oliveira & Gomes, 2017). Analisando a relação estabelecida entre o desempenho escolar e o estatuto socioeconómico das famílias dos estudantes, compreende-se que as condições familiares influenciam o sucesso escolar dos jovens, independentemente do seu percurso migratório. A classe social e as caraterísticas socioeconómicas dos indivíduos e das suas famílias, adotam o papel mais explicativo das performances escolares (PISA, 2016 in Oliveira & Gomes, 2017).

No que se refere à situação de regularização na situação de permanência/residência em Portugal, compreende-se que o sistema educativo português permite o ingresso de qualquer criança ou jovem, independentemente de terem a sua situação de permanência em Portugal regularizada. Esta medida, promotora do acesso à educação, foi descrita como conduzindo,

muitas vezes, ao adiamento da regularização da situação de permanência/residência das crianças, enquanto são menores de idade, o que facilitaria este processo. Os técnicos identificaram também que, apesar de as crianças que estão nesta situação estarem a frequentar o sistema de ensino, não têm acesso ao Serviço de Ação Social Escolar (SASE) e a outros apoios.

Relativamente à integração dos jovens migrantes nas aulas de Português Língua Não Materna (PLNM), a atribuição das classificações nesta disciplina assume-se como uma questão com que os docentes referiram debater-se. Foi referido que, caso seja atribuída uma classificação positiva aos alunos no final do ano letivo, os jovens terão de transitar para a disciplina de Língua Portuguesa, não beneficiando deste apoio específico. Por este motivo, mesmo que os jovens apresentem um bom desempenho, foi referida a necessidade de refletir se os jovens já estão realmente preparados para ingressar na outra disciplina.

Em resumo

- Barreira linguística derivada do baixo domínio do português – afeta acesso a serviços, integração no mercado de trabalho, formação, assim como o preenchimento de formulários, leitura de cartas da Segurança Social, Finanças, entre outros;
- Desconhecimento das respostas do Programa Português para Todos existentes no território;
- Equivalências – dificuldades ao nível da obtenção de certidões de habilitações (ex.: Reino Unido) e tradução das mesmas, devido aos custos associados à tradução certificada (dificuldade para famílias em situação de carência económica). A integração das crianças e jovens é muitas vezes condicionada por esta situação;
- Tendo sido identificadas dificuldades ao nível do desempenho escolar, compreende-se que o domínio da língua portuguesa influencia a integração.

2.3.6 Cultura

No âmbito da cultura, não foram referidas necessidades ou problemas identificados à comunidade migrante. Foi, contudo, salientada a importância desta área, no sentido em que pode permitir estabelecer pontes entre as comunidades migrantes e a sociedade de acolhimento. A colaboração e a partilha entre portugueses e migrantes foi descrita como uma forma de incrementar o conhecimento e estreitar relações, potenciando a integração e maiores níveis de tolerância.

Foi igualmente referida a importância de se manterem os hábitos culturais do país de origem, tendo 64% dos respondentes ao inquérito, respondido que mantêm hábitos do seu país de origem, relacionados com a gastronomia, dança, artesanato e vestuário. No que concerne a boas práticas identificadas ao nível de eventos culturais, foi referida a Festa da Partilha, dinamizada todos os anos na Quinta da Fonte da Prata, e promovida pela Fundação Santa Rafaela Maria, assim como as Festas Multiculturais do Vale da Amoreira, tendo sido sugerido que estas celebrações fossem alargadas a outras freguesias.

Em resumo

- A partilha e colaboração entre cidadãos nacionais e migrantes identificada como uma forma de incrementar a aproximação e tolerância;
- Referida a importância de as ações desenvolvidas nesta área não se cingirem a algumas freguesias, mas sim implementadas em todo o concelho.

2.3.7 Saúde

A área da saúde assume um papel preponderante ao nível da integração da comunidade migrante nos países de acolhimento, sendo o acesso aos serviços de saúde identificado como condição fundamental para a saúde e bem-estar das populações migrantes (Oliveira & Gomes, 2017).

A Constituição da República Portuguesa estabelece que todos os cidadãos, inclusivamente estrangeiros, têm acesso à prestação de cuidados globais de saúde. Por esse motivo, todos os meios de saúde devem ser disponibilizados na exata medida das necessidades de cada um independentemente das suas condições económicas, sociais e culturais (Despacho do Ministério da Saúde nº25 360/2001).

Estando previsto que os cidadãos estrangeiros que residam legalmente em Portugal, disponham de acesso em igualdade de tratamento aos beneficiários ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), compreende-se que, aos cidadãos que não se encontrem em situação regular, sejam cobradas as despesas efetuadas, com exceção de cuidados de saúde em situação em que ponham em perigo a saúde pública. Assume-se este como o grupo mais vulnerável, na medida em que, muitas vezes, as suas condições socioeconómicas não permitem fazer face à despesa relacionada com o usufruto ao serviço de saúde.

Segundo o testemunho dos técnicos, que participaram no diagnóstico da comunidade migrante residente na Moita, o facto de cidadãos migrantes **não terem a sua situação de permanência ou residência regularizada**, conduz a que não procurem os serviços de saúde, devido ao custo associado aos mesmos. De igual forma, foi identificada uma desvalorização dos cuidados de saúde, assim como uma desmotivação ao nível do acesso destes cuidados por parte das famílias mais fragilizadas.

O Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE, refere que todos os cidadãos, independentemente da sua nacionalidade e situação legal no país têm acesso aos serviços públicos de saúde, identificando como dificuldades, situações nas quais os cidadãos imigrantes não são portadores de documentos, não possuem registo ou número do SNS, o que conduz a algumas dificuldades no cumprimento dos circuitos definidos no SNS. De igual forma, é indicado que a cobrança da despesa é por vezes crítica, não é possível a emissão de receitas eletrónicas ou a atribuição de transporte não urgente em ambulância, pois está apenas prevista para utentes do SNS.

O Relatório Estatístico Anual (2017) demonstra que os estrangeiros residentes em Portugal, comparativamente aos nacionais, apresentam maiores taxas de risco de pobreza e de privação material, constituindo estes indicadores com influência direta na prevalência de riscos de saúde. Este relatório salienta que é a **vulnerabilidade socioeconómica e não a condição de migrante que explica os padrões de saúde dos diferentes grupos das populações**.

Segundo os dados do último Inquérito Nacional de Saúde mobilizados e analisados num estudo desenvolvido pelo Instituto de Medicina Tropical (IHMT), verifica-se que 65% dos imigrantes que vivem em Portugal reportam um bom estado de saúde, em comparação com os portugueses (43%). Estes dados contrariam a perceção de que os migrantes se assumem como uma ameaça à saúde das populações de acolhimento ou uma fonte de pressão/encargo para os serviços de saúde (Dias, 2017 in Oliveira & Gomes, 2017). Este estudo demonstra que o estado de saúde dos imigrantes piora à medida que aumenta o tempo de residência no país, confirmando o "efeito do migrante saudável", ou seja, a decisão de migração constitui um esforço ambicioso, pelo que são as pessoas mais saudáveis e empreendedoras que optam por tal (OCDE, 2015 in Oliveira & Gomes, 2017). Os *deficits* de saúde, associados a determinantes como o excesso de horas de trabalho, a prevalência de horas extraordinárias, a associação a trabalhos de maior risco e exigentes, a falta de pausas ou a má alimentação, encontram-se relacionados à inserção dos migrantes em atividades laborais mais precárias e não à sua condição de saúde em si.

Analisando de forma mais específica os dados aferidos no processo de diagnóstico conduzido no âmbito do PMIM, compreende-se que a comunidade migrante residente na Moita refere alguns constrangimentos ao nível do acesso aos cuidados de saúde. Primeiramente, a **barreira linguística**, que se concretiza na dificuldade em expor o que leva o cidadão à utilização daquele cuidado e no entendimento do que é dito pelo médico/enfermeiro/assistente. O Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE, refere que em situações de dificuldades no atendimento a migrantes, recorre aos serviços de tradução telefónica disponíveis, à ajuda de familiares ou amigos que acompanhem os doentes e o recurso a associações de imigrantes ou outras organizações da sociedade civil locais.

A **falta de esclarecimento/informação das condições de acesso à saúde por parte de alguns administrativos** no que diz respeito à situação da comunidade migrante, também se assume como uma condicionante identificada. As informações transmitidas nem sempre são as corretas, o que influencia a relação com estes serviços.

No que concerne à área da saúde, foram igualmente identificados constrangimentos ligados à migração por motivos de saúde. Sendo que a procura de cuidados de saúde constitui também como uma causa de mobilidade (WHO, 2003a in Dias & Gonçalves, 2007), verificam-se situações de vulnerabilidade por parte de quem chega para obter tratamentos de saúde. Foi referido que o **tempo de espera para a obtenção do visto de saúde é muito elevado**, sendo que em casos de doença, esta espera pode condicionar ainda mais o estado de saúde. De igual forma, foi referido que este movimento acontece sem a existência de uma estrutura de apoio. Foram relatados casos de estrangeiros que vêm para Portugal para acompanhar os filhos em tratamento e não dispõem de acompanhamento em Portugal ou relatam que o mesmo é insuficiente (ex.: o apoio monetário prestado por Embaixadas é insuficiente face às despesas reais de transporte).

Em resumo

- Identificada a maior vulnerabilidade dos cidadãos migrantes / estrangeiros que não têm a situação de permanência/residência regularizada. Apesar de terem acesso aos cuidados de saúde, é necessário pagar na totalidade o serviço (constrangimento para quem se encontra em situação de carência económica);
- Desvalorização dos cuidados de saúde/ desmotivação face às dificuldades (famílias fragilizadas);
- Referência à barreira linguística: ao nível da informação transmitida aos cidadãos migrantes que recorrem aos serviços, e que não dominam a Língua Portuguesa, assim como na sua compreensão das indicações transmitidas por quem faz o atendimento;
- Informação caraterizada como insuficiente por parte dos administrativos, no que diz respeito à situação (direitos/ deveres e encaminhamentos) da comunidade migrante;
- Elevado tempo de espera para o visto de saúde (Emissão pelas Embaixadas).

2.3.8 Solidariedade e Resposta Social

Para a análise da área da solidariedade e resposta social importa primeiramente referir que, segundo dados do EUROSTAT (*Migrant Integration Indicators*), os estrangeiros residentes no contexto europeu apresentam, em média, maiores riscos de pobreza, maior privação material, auferem rendimentos mais baixos e vivem em piores condições de vida do que os nacionais dos países que os acolheram. No entanto, compreende-se que estes riscos não conduzem à maior prevalência no acesso a apoio sociais sendo que, em Portugal, os beneficiários estrangeiros continuam a ser menos beneficiários do sistema de proteção social e que assumem maior capacidade contributiva, sendo necessários para a sustentabilidade do sistema de Segurança Social português (Oliveira & Gomes, 2017). Tendo em consideração o envelhecimento da população portuguesa, compreende-se que os contribuintes estrangeiros contribuem positivamente para o saldo do sistema de proteção social português, assim como têm contribuído para atenuar os efeitos do envelhecimento demográfico português no sistema social.

A análise dos contributos dos participantes nos procedimentos de diagnóstico, permite compreender que as principais necessidades identificadas ao nível das respostas de solidariedade e resposta social, prendem-se com a **situação de desproteção social em que se encontram os cidadãos migrantes que não têm a sua situação de permanência ou residência regularizada em Portugal**. A situação deste grupo de pessoas, que se encontram em situação de carência socioeconómica, é caraterizada como difícil de regularizar. Cidadãos migrantes que

chegaram a Portugal e não têm um visto de entrada válido, autorização de residência ou a mesma já caducou, número de identificação de Segurança Social ou não dispõem de meios de subsistência ou os mesmos são parcos, assumem-se como o grupo de pessoas em identificadas como apresentando maiores riscos sociais. Apontando o Vale da Amoreira como a freguesia com maior número de famílias que apresenta estas condições, a preocupação transmitida pelos técnicos é profunda, visto a intervenção se encontrar bloqueada. Por exemplo, famílias que tinham a situação de permanência regularizada e que beneficiavam do Rendimento Social e Inserção, viram esta prestação cessada quando a sua autorização de residência caducou. Esta caducidade, segundo o referido, decorre muitas vezes dos longos tempos de espera para atendimento no SEF.

O número elevado de famílias migrantes em **situação de carência socioeconómica** é apresentado como a grande preocupação nesta área, sendo apresentada a necessidade de intervenção com estes cidadãos, pois a sua residência encontra-se fixa neste concelho e não possuem meios para regressar ao seu país ou ferramentas para sozinhos solucionar a sua situação, visto não conseguirem emprego por não terem a sua documentação regularizada, não terem NISS por não terem emprego, e não receberem apoios sociais por não estarem inscritos na Segurança Social.

Foi igualmente referido que os migrantes possuem **pouca/nenhuma informação acerca dos seus direitos sociais**, tais como acesso a apoios sociais, pensões, entre outros, conhecimento essencial à prossecução dos seus direitos e deveres. Os técnicos referiram igualmente a necessidade de se proceder à uniformização de informação, no que se refere aos direitos e deveres da comunidade migrante e dos encaminhamentos específicos, assim como à criação de canais de comunicação entre as instituições.

Outra dificuldade enunciada, prende-se com a integração dos filhos nas respostas para a primeira infância. Os cidadãos migrantes que aqui constituem família, referiram a dificuldade de integrar os seus filhos em creche. Esta dificuldade, relacionada como o baixo número de vagas existentes e a dificuldade de integração durante o ano letivo, conduz à dificuldade de (re)integração no mercado de trabalho por parte maioritariamente das mães, em especial se não tiverem uma rede de suporte em Portugal, que permita a supervisão dos filhos enquanto vão trabalhar.

Em resumo

- Situação de desproteção em que se encontram os cidadãos migrantes/estrangeiros que não têm a situação documental regularizada – risco social elevado e intervenção bloqueada ou reduzida;
- Pouca ou nenhuma informação acerca dos direitos sociais (acesso à saúde, RSI…);
- Dificuldades ao nível da integração de crianças em respostas de apoio à infância, em situações de ausência de suporte familiar – influencia também a integração em emprego;
- Informação caraterizada como insuficiente acerca dos encaminhamentos para a comunidade migrante – necessidade de uniformização da informação e canais de comunicação entre as instituições.

2.3.9 Cidadania e Participação Cívica

As principais questões relacionadas com a cidadania e participação cívica, prendem-se com a importância do conhecimento dos direitos e deveres enquanto migrantes a residir em Portugal, mais especificamente na Moita. Foi referido que o exercício dos seus direitos e deveres é também condicionado pelo **sentimento de pertença**. Foi referido por uma jovem de naturalidade guineense que *"(…) se não me sentir como parte eu não vou fazer nada: eu não me vou envolver nas questões do país, não vou votar, não vou fazer greve, não vou lutar pelos meus direitos nem vou sentir que tenho deveres, porque a sensação é que estou aqui de passagem, mesmo que morra aqui*." (jovem do sexo feminino, 30 anos).

Este sentimento de pertença foi assim descrito como influenciando a prática da cidadania e participação cívica, constituindo-se como elemento central para a perceção de integração num determinado local.

No que concerne ao **associativismo** presente no território, foram expostas as dificuldades experienciadas pelas associações de imigrantes, que se assumem como um recurso importante para os migrantes residentes no concelho. Primeiramente, o facto de funcionarem com base no voluntariado, condiciona a resposta dada a quem procura a associação. De igual forma, foi referida a necessidade de formação para dar determinadas respostas e fazerem encaminhamentos, por exemplo, na área do emprego.

Tendo sido identificadas associações na freguesia do Vale da Amoreira e Quinta Fonte da Prata, observou-se igualmente o apoio prestado por associações sediadas noutros concelhos e

que apoiam a comunidade imigrante, mais especificamente guineense, residente no Vale da Amoreira.

No que diz respeito à participação política dos imigrantes, perspetivada muitas vezes como um indicador de integração na sociedade de acolhimento (Oliveira, 2017 in Oliveira & Gomes, 2017), foram disponibilizados dados pela Junta de Freguesia de Alhos Vedros, que indicam o registo de 10 estrangeiros nas últimas eleições, sendo que a Junta de Freguesia da Moita regista 8 eleitores recenseados fora da União Europeia.

Em resumo

- Sentimento de pertença indicado como influenciando a participação cívica;
- Informação caraterizada como insuficiente e dispersa, ao nível dos direitos e deveres dos migrantes;
- Dificuldades apontadas por Associações de Imigrantes, em termos da resposta que conseguem dar a quem os procura;
- Inexistência de associações que representativas de algumas nacionalidades (Brasil, entre outras);
- Recenseamento eleitoral de estrangeiros reduzido.

2.3.10 *Media* e Sensibilização da Opinião Pública

A relevância do papel dos *media* na formação de opinião e nas atitudes perante a compreensão da diversidade é ressaltado por estudos realizados pelo *European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia (EUMC*), quando analisadas as atitudes face à imigração e minorias nos países europeus (Ferin, Santos, Filho & Fortes, 2008). Quando inquiridos acerca dos *media*, os cidadãos migrantes que participaram no diagnóstico referiram constituir-se como um meio importante para se manterem a par das notícias do seu país de origem, assim como as notícias portuguesas. A RTP África foi descrita como veiculando informações importantes, tendo imigrantes brasileiros salientado que as redes sociais se assumem como o meio através do qual procuram mais informação, considerando que a internet se constitui um meio de comunicação e partilha importante entre migrantes.

No que diz respeito à projeção da imagem dos migrantes, foi referido que muitas vezes existe uma distorção e generalização efetuada por meios de comunicação social. Por exemplo, se for um português caucasiano a roubar, é referido que foi um homem. Caso seja um jovem africano a cometer esse crime, esse facto é realçado. Tendo em consideração o impacto considerável

atribuído aos *media* na modulação da perceção e na geração de atitudes da população maioritária face aos imigrantes e minorias étnicas (Ferin, Santos, Filho & Fortes, 2008), esta identificação apresenta as suas repercussões, acerca da imagem das próprias comunidades migrantes.

Em resumo

- Projeção da imagem dos imigrantes por parte dos *media* caraterizada como enviesada.

2.3.11 Racismo e Discriminação

No que se refere à perceção de atitudes discriminatórias e racistas em relação aos migrantes, foram transmitidas opiniões diversas. Sendo que as pessoas mais velhas referiam que já não observam atitudes racistas, como acontecia há alguns anos atrás, através de comportamentos evidentes de discriminação, os mais jovens apresentaram a **perceção de existência de discriminação menos óbvia**. Enquanto exemplo, foi evidenciado pelos participantes um tratamento diferenciado a estrangeiros, em especial em relação a quem não domina a língua portuguesa, tendo sido relatadas situações de tratamento desadequado por parte de alguns serviços. Foi referido que existe uma sujeição por parte dos migrantes a este tipo de situações, sendo que não se sentem no direito de se manifestar.

No que concerne à manifestação de preconceitos, foi referido que estes muitas vezes se baseiam no fenótipo, ou seja, portugueses que têm traços físicos dos seus pais ou avós, são muitas vezes alvo de comentários desapropriados. De forma a exemplificar estas atitudes, uma jovem portuguesa, neta de cabo-verdianos referiu que numa entrevista de trabalho perguntaram se ela tinha filhos, pois os cabo-verdianos usualmente têm muitos filhos.

Os preconceitos associados à nacionalidade foram igualmente denunciados por mulheres brasileiras, que referiram ser discriminadas com base no preconceito de que tinham vindo para Portugal para "roubar os homens" portugueses. Outro dos preconceitos identificados foi a ideia dos migrantes virem para Portugal para "roubar" o emprego que seria para os portugueses. Foi igualmente comunicado por um imigrante brasileiro que assistiu a comentários preconceituosos relativamente a um repórter brasileiro que integra um canal de televisão português, no sentido de estar a roubar o lugar a um português.

Silva (2000), abordando análises de Wierviorka no âmbito das representações do senso comum, refere que muitas pessoas não se consideram racistas, mas que denotam, no entanto,

"consciente e sobretudo inconscientemente, preconceitos, atitudes ou até comportamentos discriminatórios em relação a certos grupos étnicos, por exemplo, recusando a dar-lhes trabalho, alugar-lhes uma casa (…)" (p. 63). Estas representações, segundo um estudo realizado no âmbito do Observatório das Migrações, (Rosário, Santos & Lima, 2011), persistem no discurso da sociedade portuguesa, independentemente da pertença de género, escalão etário, nível de educação ou estatuto socioeconómico de quem vai atualizando estes discursos. Enquanto ações para combater este fenómeno são elencadas, entre outras recomendações, a sensibilização dos jovens para a temática da discriminação e a disseminação de normas e mecanismos antirracismo, promovendo campanhas publicitárias alusivas à temática (Rosário, Santos & Lima, 2011).

Em resumo

- Transformação das atitudes racistas (descritas como menos óbvias, mais encobertas);
- Perceção de atitudes discriminatórias por parte de alguns serviços – com base na nacionalidade ou o facto de não saberem falar português;
- Estereótipos ainda persistentes – mulheres brasileiras vêm roubar os maridos das outras, os estrangeiros vêm roubar o emprego que seria dos portugueses, entre outros.

2.3.12 Relações internacionais

No que diz respeito às relações internacionais, um dos constrangimentos mencionados, prende-se com as diferenças experienciadas, resultantes dos diferentes acordos estabelecidos entre Portugal e outros países, pelos cidadãos migrantes. Foi referido que alguns cidadãos usufruem de mais direitos que outros, sendo que tal não é considerado justo.

As relações estabelecidas com as **Embaixadas e Serviços Consulares**, identificadas como importantes para o processo de integração, foram descritas como complexas. As associações e entidades que prestam apoios aos cidadãos migrantes e que procuram encetar contacto com as embaixadas dos países de origem relatam as dificuldades que experienciam ao nível deste contacto. Foram descritas situações em que os migrantes vêm para Portugal ao abrigo de protocolos de saúde e as instituições procuram encetar contacto com as embaixadas, no sentido de articular atuações e garantir a resposta mais adequada para quem veio para Portugal, e não obtêm resposta, não conseguindo proceder a esta articulação. De igual forma, e conforme descrito na área da Educação e Língua, o contacto que se procura estabelecer com a Embaixada Britânica em Portugal é caraterizado como bastante difícil, o que influencia a

obtenção dos documentos necessários para a integração efetiva das crianças e jovens, quando transitam do sistema educativo inglês para o português.

Também no que diz respeito à obtenção de documentos do país de origem (como por exemplo, o registo criminal), o contacto é descrito como bastante difícil. Os serviços consulares são aqui descritos como burocráticos, morosos e apresentando um custo elevado, sendo descritas situações de corrupção que condicionam o acesso aos serviços. Nestas situações, os cidadãos migrantes solicitam apoio às associações e instituições no sentido de obter ajuda, mas em muitos casos estas também não obtêm resposta. Esta relação com os serviços consulares de outros países, mais especificamente de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, é descrita como um constrangimento ao nível da integração.

Analisando os acordos de cooperação estabelecidos, compreende-se que o Município da Moita é geminado com o Tarrafal em Cabo Verde e Plaisir, em França. Estas ligações têm como intuito desenvolver o intercâmbio, a amizade entre as populações nas áreas da cultura, social, económica, turismo, desporto e ciência. O acordo de geminação com a cidade de Plaisir, foi estabelecido primeiramente com a Baixa da Banheira em 1976, tendo sido posteriormente assinado com o Município da Moita em 1996. Foi também nesta data que foi firmado o protocolo com o concelho do Tarrafal, tendo sido realizadas diversas atividades de cooperação e intercâmbio.

Em resumo

- Resposta das embaixadas e serviços consulares de países de origem caraterizada como burocrática, morosa, sendo indicadas dificuldades na comunicação/acesso a serviços como obtenção de documentos;
- Indicação de diferenças experienciadas pelos migrantes devido às diferenças dos acordos estabelecidos entre Portugal e outros países.

2.3.13 Religião

No que concerne às religiões identificadas no concelho verifica-se a predominância da religião católica (48% dos respondentes), seguida da religião evangélica (14%), islâmica (8%) e ortodoxa (4%), sendo que 19% dos respondentes referiram não ter religião (Câmara Municipal da Moita, 2011). Sendo identificada uma parcela menor de estrangeiros que professam a religião islâmica, foi relatado por uma respondente aos inquéritos por questionário, que sente a falta de um local de culto da religião islâmica (senhora de naturalidade guineense, 53 anos).

No que concerne à tolerância religiosa, foi referido pelos migrantes que o julgamento em relação à religião depende da consciência de cada um, sendo que alguns julgam e outros não. Ninguém referiu sentir-se alvo de perseguições religiosas, mas referiram considerar que consideram mais fácil ser católico do que muçulmano (perspetiva veiculada por cidadãos católicos ou protestantes evangélicos).

No que concerne a práticas promotoras da tolerância religiosa observadas no concelho, compreende-se que em estabelecimentos escolares do concelho, as cantinas disponibilizam ementas alternativas para crianças que não comem determinados alimentos, devido às suas crenças religiosas. O Centro Hospital Barreiro Montijo, EPE adota, como procedimento geral, o respeito pelas convicções religiosas, disponibilizando igualmente o Serviço de Assistência Espiritual e Religiosa do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE.

Em resumo

- Dados indicam que a maioria dos migrantes professa a religião católica;
- Indicada a inexistência de locais de culto da religião islâmica.

2.3.14 Outras

Outras necessidades identificadas prendem-se com o **apoio jurídico**, que é apontado como potencialmente benéfico para a comunidade migrante, promovendo um maior conhecimento dos seus direitos e deveres, e disponibilizando esclarecimentos legais necessários. Compreendendo que esta resposta já é disponibilizada pelo Alto Comissariado para as Migrações, foi referido que muitos cidadãos migrantes não têm condições económicas de pagar os transportes que necessitam para se deslocar.

Os **transportes públicos** assumem também um papel relevante, no sentido em que podem permitir uma maior comunicação entre freguesias, promovendo a capacidade de deslocação, visto que muitas pessoas não têm viatura própria. A cobertura e o preço dos transportes públicos foram apontados como um constrangimento, em especial para a população que reside na Urbanização Quinta da Fonte da Prata (freguesia de Alhos Vedros). No que diz respeito à cobertura da rede de transportes, verifica-se que apenas a empresa Transportes Sul do Tejo atua nesta localização, sendo que os horários e preços foram identificados como desadequados às condições da população e promotores de um contacto reduzido com as zonas circundantes.

O conhecimento de questões específicas relacionadas com Portugal, nomeadamente **as regras de trânsito e condução**, foram igualmente abordadas. Cidadãos brasileiros, que procederam à troca de título de condução estrangeira, conforme o Decreto-Lei nº40/2016, referiram que têm licença legal para conduzir em Portugal, mas que as regras de trânsito são diferentes e que necessitavam de informação/formação para conhecer as regras específicas portuguesas.

Outras questões identificadas, estão relacionadas com o acesso à Internet e ao nível da criação de ***e-mail***, requisitos importantes ao nível da procura ativa de trabalho e no acesso à plataforma do SEF.

Em resumo

- Importância de disponibilizar apoio jurídico à comunidade migrante;
- Relevância do serviço dos transportes públicos – cobertura e preços adequados a quem se encontra em situação de maior vulnerabilidade;
- Dificuldades relacionadas com o acesso à Internet e criação de e-mail;
- Troca de carta de condução, sem conhecimento das regras de trânsito portuguesas (cidadãos brasileiros)

3. Plano Municipal para a Integração de Migrantes "Um Só Mundo"

3.1 Dimensão Estratégica

A dimensão estratégica construída no âmbito do PMIM "Um Só Mundo" visa definir potenciais respostas às necessidades e problemas aferidos ao longo do processo de diagnóstico. Mantendo como referência as políticas públicas nacionais constantes do Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020 assim como o Plano de Desenvolvimento Social 2016-2020, as dimensões estratégicas e operacionais procuram também espelhar a adequação necessária da intervenção às caraterísticas específicas do concelho da Moita.

Neste sentido, e após análise dos contributos recolhidos ao longo do diagnóstico, foi concertada a decisão de não desenvolver medidas na área da Religião. Não tendo sido rececionadas/levantadas necessidades e problemas significativos nesta área, assumiu-se como opção apostar nas restantes, que assumem uma maior premência ao nível de necessidades da comunidade migrante.

A análise da dimensão estratégica permite compreender o investimento na uniformização e democratização da informação, enquanto potenciadores de mudança, ao nível das perceções e, desejavelmente, ações desenvolvidas pelos atores envolvidos no processo de acolhimento e integração.

De igual modo, verifica-se a interligação entre as diversas áreas, sendo que alguns dos objetivos traçados, influenciam outras áreas. Compreende-se, por exemplo, que a regularização da situação de residência/permanência em Portugal, encontra-se prevista na área II (Serviços de Acolhimento e Integração), sendo que os esforços empreendidos nesta área terão, desejavelmente, efeitos no acesso a outras áreas, nomeadamente, saúde, emprego, educação e outras.

De salientar que as dimensões operacional e estratégica do PMIM foram sujeitas à avaliação por parte dos parceiros do CLASM, com base numa formulação SMART[6].

[6] SMART - *Specific, Measurable, Attainable, Realistic, Timely*

Áreas	Objetivos estratégicos / Gerais	Indicadores	Estratégias
I. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	Promover a integração de cidadãos nacionais de Países Terceiros no mercado de trabalho	Número de cidadãos NPT que aumentam as suas competências na área da empregabilidade. Número de entidades e técnicos que aumentam o seu nível de conhecimento, face à integração da população migrante no mercado de trabalho.	Aposta na capacitação de cidadãos NPT ao nível da inserção no mercado de trabalho. Aposta na capacitação e sensibilização dos técnicos e entidades empregadoras.
II. Serviços de Acolhimento e Integração	Consolidar o processo de acolhimento e integração da população migrante oriunda de Países Terceiros no concelho da Moita	Perceção dos cidadãos NPT e técnicos face à adequação das respostas às necessidades da população migrante	Aposta na consolidação das respostas existentes ao nível do acolhimento e integração.
III. Urbanismo e Habitação	Promover o acesso à habitação aos cidadãos nacionais de Países Terceiros	Número de cidadãos NPT que aumentam os seus conhecimentos sobre o acesso à habitação. Número de entidades capacitadas para apoiar cidadãos NPT no acesso à habitação/apoios existentes nesta área.	Reforço do conhecimento relativamente às respostas/apoios existentes na área da habitação.
IV. Educação e Língua	Fortalecer a comunicação entre cidadãos NPT e sociedade de acolhimento Promover a inclusão das crianças e jovens oriundas de Países Terceiros, no sistema educativo português	% de formandos que apresenta aumento do domínio da Língua Portuguesa % de equipamentos educativos que participam em atividades /formação na área da interculturalidade	Aposta na divulgação e diversificação de respostas de ensino da Língua Portuguesa. Aposta na educação para a interculturalidade como um caminho para a inclusão.
V. Capacitação e Formação	Aumentar as qualificações de cidadãos NPT	Número de cidadãos NPT que frequenta formação certificada. Número de certificações atribuídas.	Aposta na certificação dos cidadãos NPT.
VI. Cultura	Valorizar a diversidade cultural existente no território	Número de cidadãos NPT e da sociedade de acolhimento que se envolvem em processos de trocas culturais.	Aposta na divulgação dos produtos e produções culturais existentes no território enquanto promotores de maior tolerância
VII. Saúde	Potenciar o acesso ao Sistema Nacional de Saúde por parte da população NPT	Número de profissionais de saúde e cidadãos NPT que aumentam o seu nível de informação face ao acesso à saúde da comunidade migrante.	Aposta no conhecimento e sensibilização, enquanto motores de uma intervenção mais capacitada.

VIII. Solidariedade e Resposta Social	Promover o acesso aos direitos sociais dos cidadãos migrantes oriundos de Países Terceiros, combatendo situações de vulnerabilidade /exclusão social	Número de técnicos e cidadãos NPT e que incrementam o seu nível de conhecimento relativamente ao acesso às respostas sociais da comunidade migrante.	Investimento na divulgação e apropriação das respostas existentes, uniformizando a informação disponível.
IX. Cidadania e Participação Cívica	Promover uma cidadania ativa, valorizando a participação cívica dos cidadãos oriundos de Países Terceiros	Perceção dos cidadãos NPT relativamente ao sentimento de pertença e ao conhecimento dos seus direitos e deveres enquanto cidadão.	Aposta na capacitação da comunidade migrante, contribuindo para o aumento do sentimento de pertença.
X. *Media* e Sensibilização da Opinião Pública	Contribuir para a construção/consolidação de uma imagem positiva das comunidades migrantes	Número de oportunidades de projeção de uma imagem positiva da população NPT.	Reforço das oportunidades de projeção de uma imagem positiva da comunidade NPT.
XI. Racismo e Discriminação	Combater estereótipos referentes à comunidade migrante NPT	Número de iniciativas que promovem a desconstrução de estereótipos e preconceitos.	Aposta na aproximação entre comunidade migrante e sociedade de acolhimento.
XII. Relações Internacionais	Reforçar ligações entre o Município e países de origem	Número de contactos com entidades representativas de países de origem dos cidadãos NPT.	Aposta no contacto com entidades estrangeiras.
Religião	--	--	--

3.2 Dimensão Operacional

Áreas	Objetivos Gerais / Estratégicos	Objetivos Específicos/ Operacionais	Nº	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
I. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	Promover a integração de cidadãos nacionais de Países Terceiros no mercado de trabalho	Capacitar cidadãos NPT para um acesso informado ao mercado de trabalho	1	Sessões de informação/formação, dirigidas a cidadãos NPT, no âmbito dos seus direitos e deveres laborais (contratos de trabalho, contribuições para a Segurança Social, etc.)	1	2 Ações	Nº de ações promovidas Nº de participantes	CMM
			2	Sessões de promoção de competências para a empregabilidade, dirigidas a cidadãos NPT	1	1 sessão / ano	Nº de sessões promovidas Nº de participantes	CLDS 3G Moita Intervir para Incluir
		Aumentar o nível de conhecimento de técnicos e entidades empregadoras ao nível da inserção laboral da população migrante	3	Sessões de esclarecimento no âmbito da contratação de cidadãos NPT, dirigidas a entidades empregadoras	1	2 Ações	Nº de ações promovidas Nº de participantes	CMM
			4	Sessões de esclarecimento, dirigidas a técnicos, ao nível da celebração de contratos com população migrante, seus direitos e deveres laborais	1	Envolver 10 técnicos Nº de sessões	Nº de técnicos que participaram	CLDS 3G Moita Intervir para Incluir
		Capacitar cidadãos NPT na área da formação do próprio negócio	5	Sessões de informação na área do empreendedorismo dirigidas a cidadãos NPT	1	2 sessões na área empreendedorismo	Nº de sessões promovidas Nº de participantes	CLDS 3G Moita CMM
II. Serviços de Acolhimento e Integração	Consolidar o processo de acolhimento e integração da população migrante oriunda de Países Terceiros no concelho da Moita	Consolidar o processo de acolhimento aos migrantes no concelho da Moita	6	Atualizar a informação constante do Manual de Acolhimento ao Imigrante e criar um guia de boas-vindas com informações básicas sobre Portugal e o concelho da Moita	1	1 Manual atualizado 1 Guia de boas-vindas criado 500 exemplares distribuídos	Nº de Manuais Atualizados Nº de Guias criados Nº de Manuais e Guias distribuídos	CMM
			7	Promover a resposta dos CLAIM, adequando o seu horário às necessidades da população e difundindo a divulgação da sua intervenção, contribuindo para a solidificação das relações de proximidade com a população migrante	1	Alteração do horário de atendimento 75 cartazes afixados 500 folhetos distribuídos	Nº de alterações ao horário de atendimento Nº de materiais de divulgação afixados e distribuídos	CMM

			8	Lançar o desafio para a criação de uma Bolsa de Voluntariado, composta por migrantes com mais tempo de permanência no território ou elementos da sociedade de acolhimento, com o intuito de apoiar migrantes recém-chegados	1	1 Associação / Instituição	Nº de Associações/ Instituições envolvidas	CMM
		Promover a regularização de cidadãos migrantes que não têm a sua situação de permanência/ residência em Portugal regularizada	9	Melhorar a comunicação e a articulação entre o CLAIM e entidades parceiras, no sentido de promover a identificação e encaminhamento dos cidadãos em situação de irregularidade, com o intuito de os apoiar no processo de integração na sociedade de acolhimento.	1	80 sinalizações 80% de encaminhamentos das situações sinalizadas	Nº de sinalizações % de encaminhamentos	CMM
			10	Criar um modelo de resposta integrado (sinalização, atendimento, encaminhamento, acompanhamento, avaliação)	1	1 Ficha de sinalização criada	Nº Fichas Criadas Nº de sinalizações	CMM
			11	Prestar apoio jurídico de proximidade gratuito para cidadãos NPT	2	20 atendimentos/ano	Nº atendimentos	CMM
		Apoiar a aproximação entre migrantes NPT e serviços, promovendo a uniformização das respostas existentes na comunidade	12	Sessões de informação, dirigidas a técnicos e administrativos, ao nível dos direitos, deveres e respostas disponíveis para a comunidade migrante, sensibilizando para o diálogo intercultural	1	1/ano	Nº de sessões dinamizadas Nº de participantes	CMM
			13	Construir e disponibilizar folhetos informativos, no âmbito de áreas específicas de atuação, com referência às respostas existentes no território para a comunidade migrante (sociais, educativas, gabinetes de apoio, etc.)	1	4 Folhetos criados 400 exemplares distribuídos	Nº de folhetos criados e distribuídos	CMM
III. Urbanismo e Habitação	Promover o acesso à habitação aos cidadãos nacionais de Países Terceiros	Incrementar os níveis de informação relativos ao acesso à habitação em Portugal, por parte da população NPT	14	Promover o contacto com entidades que dinamizem ações de informação relativas ao acesso à habitação social, incentivos ao arrendamento jovem, assim como esclarecimentos relativos ao preenchimento e submissão de candidaturas a apoios na área da habitação	1	1 entidade convidada	Nº de contactos Nº de entidades envolvidas	CMM

		Possibilitar o acesso à habitação social	15	Dar continuidade aos procedimentos do concurso para atribuição de habitação social, de acordo com o regulamento de atribuição de habitações propriedade do Município da Moita (Reg. Nº 366/2017)	1	Atribuição de 1 fogo	Nº de fogos atribuídos	CMM
IV. Educação e Língua	Fortalecer a comunicação entre cidadãos NPT e sociedade de acolhimento	Proporcionar a aprendizagem da língua portuguesa, para a população migrante que apresenta diferentes níveis de literacia	16	Promover ações de ensino de Língua Portuguesa a cidadãos NPT, com diferentes níveis de literacia	1	1 Formação Programa Português para Todos/2018 1 Formação em Competências Básicas /2018 1 Formação Português para Falantes de Outras Línguas/2018	Nº de formações dinamizadas Nº de participantes	IEFP, I.P. Centro Qualifica - ESBB
			17	Promover a aprendizagem da Língua Portuguesa enquanto língua não materna para crianças e Jovens NPT inseridos no sistema educativo português	1	Avaliar positivamente 90% dos alunos inscritos em PLNM	Nº de alunos inscritos Taxa de transição à disciplina	ESBB
			18	Sessões de informação dirigidas a cidadãos NPT ao nível da literacia funcional (preenchimento de formulários, etc.)	1	2 sessões / ano	Nº sessões dinamizadas Nº de participantes	CMM
			19	Dinamizar o curso "ABC adulto", vocacionado para a aprendizagem da Língua Portuguesa, em diversos espaços do concelho	1	1 curso/ano	Nº sessões dinamizadas Nº de participantes	Protocolo RSI - RUMO
		Proporcionar o contacto/ aprendizagem de diferentes línguas e dialetos	20	Promover workshops sobre noções básicas de diferentes línguas e dialetos presentes no concelho, dirigidos a técnicos, administrativos e sociedade de acolhimento	1	2 workshop's/ano	Nº de workshops Nº de participantes	Parceiros PMIM CRIVA
	Promover a inclusão de crianças e jovens oriundas de	Promover a partilha e debate, na área da interculturalidade, enquanto facilitadores	21	Promover sessões de informação/formação no âmbito da temática das migrações, dirigidas à comunidade educativa	1	1 formação/ano	Nº de formações dinamizadas Nº de participantes	CMM SEF

	Países Terceiros, no sistema educativo português	da inclusão de crianças e jovens NPT	22	Facilitar a comunicação entre a comunidade educativa e Encarregados e Educação estrangeiros, através da criação de um guião multilíngue, com base no levantamento das necessidades da comunidade educativa	1	100% Agrupamentos Escolas do concelho 1 Guião construído	% Agrupamentos de Escolas envolvidos Nº de Guiões construídos	CMM
			23	Desenvolver atividades na área da educação intercultural, para escolas de 1º ciclo e respostas do pré-escolar	1	1/ano letivo	Nº de atividades desenvolvidas Nº de instituições educativas envolvidas	CMM CRIVA
			24	Proceder ao levantamento dos projetos desenvolvidos nos estabelecimentos educativos na área da interculturalidade, no sentido de os promover e valorizar	1	1 levantamento/ ano letivo	Nº de iniciativas/projetos identificados	CMM
			25	Divulgar e promover a exploração da Arca do Mundo por parte de equipas educativas e restante comunidade	1	2 requisições/ano letivo	Nº de requisições Nº de instituições que a solicitam	CMM
V. Formação e Capacitação	Aumentar a qualificação de cidadãos NPT	Contribuir para a qualificação certificada de cidadãos NPT	26	Promover ações de formação inseridas na Medida Vida Ativa, de acordo com a identificação das preferências e situações de partida dos potenciais formando e setores de atividade empresarial visados	2	3 formações 500h/cada 36 formandos	Nº de formações dinamizadas Nº de participantes Nº de certificações atribuídas	CMM
VI. Cultura	Valorizar a diversidade cultural existente no território	Promover a divulgação de diferentes expressões culturais, valorizando as diferentes identidades presentes	27	Promover um ciclo de cinema, com produções subordinadas ao tema das migrações, cultura, identidade e tolerância	1	1/2018	Nº de ciclos de cinema Nº de participantes	CMM
			28	Celebrar a década dos afrodescendentes	1	1 atividade/ano	Nº de atividades desenvolvidas no âmbito da temática	Parceiros PMIM Fórum da Juventude
			29	Participar em Projetos que deem visibilidade à riqueza e diversidade cultural presente no território	1	1 Projeto/ano	Nº de projetos	CLASM Fórum da Juventude

		Fomentar a partilha e contacto entre diferentes culturas, numa perspetiva de convivialidade	30	Promover momentos de partilha e valorização de produções culturais, destacando as iniciativas já implementadas no concelho, promovendo a sua replicação (Liga dos Livros, Encontro com Escritores)	1	2/ ano	Nº de iniciativas identificadas	CMM CLASM
			31	Participação em iniciativas comunitárias (celebrar data no âmbito das Migrações)	1	1/ano	Nº de datas celebradas	Parceiros PMIM
			32	Promover a convivialidade e partilha de produtos e produções culturais, em eventos interculturais a realizar no concelho	1	1/ano	Nº de eventos	Parceiros PMIM
			33	Participar no evento "Família do Lado"	1	1/ ano	Nº de eventos Nº de participantes	Parceiros PMIM
			34	Festas Multiculturais do Vale da Amoreira	1	1/ano	Nº de eventos	União de Freguesias Baixa da Banheira e Vale da Amoreira
VII. Saúde	Potenciar o acesso ao Sistema Nacional de Saúde por parte da população NPT	Possibilitar a utilização mais informada dos cuidados e serviços de saúde e promover a adoção de comportamentos preventivos e protetores da saúde	35	Dinamizar sessões de informação/sensibilização, sobre o acesso à saúde por parte da comunidade migrante, sensibilizando profissionais de saúde para o diálogo intercultural	1	1/ ano	Nº de sessões Nº de participantes	CMM
			36	Promover um desafio para escolas secundárias, para a criação de um código linguístico, na área da saúde, para facilitar a comunicação migrante - médico/enfermeiro/administrativo, para quem não domina a língua portuguesa	1	1 desafio	Nº de desafios lançados Nº de escolas candidatas	CLASM
			37	Dinamizar sessões de informação/sensibilização para a comunidade migrante, na área da promoção da saúde (nutrição, etc.), assim como os seus direitos e deveres no acesso à saúde	1	1/ano	Nº de sessões Nº de participantes	CLASM
		Reduzir situações de exclusão e apoiar os	38	Sessões de sensibilização e informação dirigidas a cidadãos NPT, técnicos e	1	1 sessão/ 2018	Nº de sessões Nº de participantes	CPCJ Moita CRIVA

		grupos de maior vulnerabilidade		sociedade de acolhimento, no âmbito da temática da MGF				
			39	Sensibilizar para a temática da MGF através da projeção da produção "A Tua Voz"	1	1 Projeção	Nº de projeções Nº de participantes	CMM Ass. Mulheres sem Fronteiras
VIII. Solidariedade e Resposta Social	Promover o acesso aos direitos sociais dos cidadãos migrantes oriundos de Países Terceiros, combatendo situações de vulnerabilidade /exclusão social	Aumentar o conhecimento dos direitos e deveres, na área social, assim como o acesso às diferentes respostas existentes nesta área, por parte dos cidadãos migrantes	40	Dar continuidade à promoção da participação das entidades em reuniões de discussão de casos, incentivando a articulação e concertação das intervenções com vista à melhoria das respostas	1	10 reuniões/ano	Nº de reuniões	CMM
			41	Promover ações de informação sobre direitos, deveres e respostas existentes na área da respostas sociais para cidadãos migrantes	1	1/Ano	Nº de ações Nº de participantes	CMM
IX. Cidadania e Participação Cívica	Promover uma cidadania ativa, valorizando a participação cívica dos cidadãos oriundos de países terceiros	Apoiar as associações de imigrantes	42	Lançar o desafio para a criação de uma Rede de Associações de Imigrantes	1	1 Rede criada 1 Desafio	Nº de Rede criadas Nº de associações associadas	Associações de Imigrantes Associações culturais
			43	Dinamizar sessões de informação no âmbito da conceção de candidaturas a fundos de apoio	1	1/ano	Nº de sessões dinamizadas Nº de participantes	CLDS 3G Moita Intervir para Incluir
		Promover a participação cívica da comunidade migrante	44	Atualizar e distribuir o folheto informativo sobre recenseamento eleitoral	1	1 Folheto atualizado 1000 exemplares	Nº de folhetos atualizados Nº de ex. distribuídos	CMM
		Capacitar a comunidade migrante para o exercício dos seus direitos e deveres	45	Dinamizar sessões de informação acerca dos direitos e deveres dos cidadãos NPT em diversas áreas (consumo, acesso a crédito bancário, entre outras)	1	1/ano	Nº de sessões Nº de participantes	CMM
			46	Promover um seminário de apresentação e um seminário de encerramento do PMIM	2	1 no início 30 meses 1 no final 30 meses	Nº de seminários Nº de participantes	CMM Parceiros PMIM
			47	Implementação do Projeto Faço P-Arte (sessões para a promoção da cidadania e igualdade)	1	2 sessões/ano	Nº de alunos participantes Nº de sessões	Associação Mulheres Sem Fronteiras

							realizadas	ESBB
			48	Implementação do Projeto (Re)começar (sessões promoção participação cívica dos jovens)	1	16 sessões/turma	Nº de sessões realizadas Nº de atividades extracurriculares Nº de participantes	ESBB EPIS
			49	Dinamizar sessões de sensibilização na área da Igualdade de Género para a comunidade migrante	1	1/ano	Nº de sessões Nº de participantes	CMM
X. *Media* e Sensibilização da Opinião Pública	Contribuir para a construção/ consolidação de uma imagem positiva das comunidades migrantes	Contribuir para a projeção de uma imagem positiva da comunidade migrante NPT	50	Promover um evento fotográfico, subordinado ao tema "Os Rostos da Migração"	1	1 evento	Nº de eventos Nº de participantes	CMM
XI. Racismo e Discriminação	Combater estereótipos referentes à comunidade migrante	Fomentar maiores níveis de tolerância entre comunidades migrantes e sociedade de acolhimento	51	Construção de um Projeto Intergeracional com o intuito de sensibilizar para a interação entre jovens e população sénior de diferentes nacionalidades	1	1/ano	Nº de projetos Nº de participantes	CLASM
XII. Relações Internacionais	Reforçar ligações entre o Município e países de origem	Promover o contacto com as Embaixadas ou Consulados de países, cujos nacionais residam no concelho	52	Articular e promover o contacto com as Embaixadas e Consulados para uma melhor resposta aos nacionais de países terceiros	1	1/ano	Nº de contactos com Embaixadas e Consulados estrangeiros	CMM Parceiros PMIM
Religião	--	--		--	--	--	--	--

4. Monitorização e Avaliação do PMIM

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes da Moita, na sua qualidade de documento estruturante, será alvo de acompanhamento e monitorização ao longo da sua implementação, de modo a garantir que os seus objetivos são respeitados e que as ações executadas no seu âmbito, respeitam os pressupostos nos quais foi construído.

Neste sentido, o Município da Moita, na qualidade de entidade promotora, assumirá a monitorização da sua implementação, fomentando o envolvimento dos parceiros ao longo de todo o processo, assim como dos destinatários, de modo a garantir a adequação das ações dinamizadas.

Enquanto momentos de avaliação, prevê-se a concretização de balanços com uma periodicidade anual, sendo efetuada uma análise da sua execução, de modo a garantir que as metas estabelecidas estão a ser respeitadas. Este balanço visa consubstanciar uma reflexão sobre a adequação dos objetivos e estratégias traçadas, constituindo uma base de trabalho que fundamente o ajuste necessário à prossecução dos objetivos delineados no âmbito do PMIM.

Enquanto meio de monitorização, compreende-se que durante o processo de conceção, foi criado o Fórum de Acompanhamento e Monitorização do PMIM, que se constitui como um órgão consultivo com competências de avaliação e monitorização do Plano. Este Fórum é composto por parceiros identificados como estratégicos, sendo presidido pela Sra. Vereadora do Pelouro dos Assuntos Sociais.

Constituição do Fórum de Acompanhamento e Monitorização do PMIM "Um Só Mundo":

- Representante do Município da Moita
- Representante do CLASM – Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.
- Representante das Juntas de Freguesia do Concelho
- Representante do Fórum da Juventude
- Representante da Rede para a Empregabilidade Barreiro| Moita

Salvaguarda-se a adesão de novos parceiros, identificados como estratégicos, ao longo da implementação do PMIM.

5. Modelo de Governação do PMIM

No âmbito do Plano Municipal para a Integração de Migrantes "Um Só Mundo", mais especificamente ao nível da sua Dimensão Operacional, verifica-se a existência de diferentes entidades que se assumem como responsáveis pela execução de medidas. Neste sentido, essas entidades, em parceria com o Município da Moita, posicionam-se enquanto parceiros com responsabilidade direta na concretização das ações previstas.

Para além das entidades executoras, foi constituído o Fórum de Acompanhamento e Monitorização do PMIM, com competências ao nível da sua supervisão e revisão. Este órgão consultivo, cujas atribuições determinam uma monitorização das ações implementadas, assume-se como um grupo privilegiado de organização e tomada de decisões que garantam a execução adequada do Plano.

Importa igualmente ressalvar a preponderância da Rede Social da Moita, materializada no CLASM. A linha de parcerias estabelecida, assim como as dinâmicas implementadas, estende-se à implementação do Plano Municipal. Deste modo, constitui-se enquanto estrutura privilegiada de acompanhamento e colaboração, à qual são apresentados os resultados da execução do Plano, auscultando os seus contributos para uma melhor governação do mesmo.

A inclusão do PMIM no Plano de Desenvolvimento Social, mais especificamente no Eixo 4 "Instituições e Parcerias", Objetivo 2.3 "Melhorar e adequar a intervenção do CLASM através de processos participados de construção e avaliação de documentos estruturantes", foi votada e aprovada pelos parceiros da Rede Social, em sede de Plenário do dia 29 de setembro de 2017. Compreende-se assim o enquadramento deste documento no âmbito da intervenção do CLASM.

Referências Bibliográficas

Andrade, I. (2008). *Geografia da Saúde da População Imigrante na Área Metropolitana de Lisboa.* Lisboa: ACIDI, I.P.

Baganha, M. I., Ferrão, J. & Malheiros, J. M. (1999). Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português. *Análise Social*, vol. XXXIX (150), 147-173.

Câmara Municipal da Moita (2011). *Diagnóstico da População Imigrante no Concelho da Moita: Desafios e Potencialidades para o Desenvolvimento Local.* Lisboa: ACIDI, I.P.

COM (2005), *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Agenda Comum para a Integração. Enquadramento para a integração de nacionais de países terceiros na União Europeia,* COM (2005) 389 final.

COM (2010), Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Estratégia para a igualdade entre homens e mulheres 2010-2015, COM (2010) 491 final.

COM (2011), *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Agenda Europeia para a Integração de Nacionais de Países Terceiros,* COM (2011) 455 final.

COM (2013), *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Maximizar o impacto das migrações no desenvolvimento,* COM (2013) 292 final.

Despacho nº 25 360/2001 (2001). Acesso à saúde por parte dos imigrantes. Diário da República, 2ª Série, n º286, 20 597-20 598.

Dias, S., Gonçalves, A. (2007). Migração e Saúde, *Migrações,* nº1, 15-26.

Esteves, A., Esteves, A., Amílcar, A., McGarrigle, J., Malheiros, J., Moreno, L., Fonseca, .M L., Pereira, S. (2017). *Estudo 60: Condições de vida e inserção laboral dos imigrantes em Portugal: efeitos da crise 2007-2008*. Lisboa: Observatório das Migrações.

Ferin, i., Santos, C. A., Filho, W., Fortes, I. (2008). *Media, Imigração e Minorias Étnicas 2005-2006.* Lisboa: Observatório das Migrações.

INE, I.P. (2011), *Censos da População*. Lisboa: INE, I.P.

INE, I.P. (2015) *Anuário estatístico da Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: INE, I.P.

International Organization for Migration & Joint Migration and Development Iniciative (2015). *White Paper – mainstreaming migration into local development planning and beyond*. Génova: International Organization for Migration.

Machado, F. L. (1997). *Contornos e especificidades da imigração em Portugal*. Sociologia – Problemas e Práticas, nº 24.

Oliveira, C. R. (coord) & Gomes, N. (2017), *Relatório Estatístico Anual: Indicadores de Integração de Imigrantes*. Lisboa: Observatório das Migrações.

Resolução do Conselho de Ministros nº12-B/2015 (2015). Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020. Diário da República, 1ª Série, nº 56/2015, 1654-(2) a 1654-(24).

Rosário, E., Santos, T. & Lima, S. (2011). *Discursos do racismo em Portugal: essencialismo e inferiorização nas trocas coloquiais sobre categorias minoritárias*. Lisboa: Observatório das Migrações.

Silva, M. C. (2000). Racismo e conflito interétnico: elementos para uma investigação. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº56, 61-79.

Webgrafia

PORDATA, Base de Dados Portugal Contemporâneo. Disponível em https://www.pordata.pt/

Anexo 1 - Respostas específicas para a comunidade migrante no concelho da Moita

Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) Moita – Vale da Amoreira

Morada Moita - Zona Envolvente à Praça de Touros, Divisão de Assuntos Sociais. 2860 Moita

Vale da Amoreira – Av. José Almada Negreiros, Centro Comunitário Multiserviços. 2835 Vale da Amoreira

Horário Alargado – Escola Secundária da Baixa da Banheira, Vale da Amoreira (mediante marcação)

Contactos 210 891 000 | 964 426 310

Respostas disponibilizadas à comunidade migrante

Gabinete de informação descentralizada que visa promover a informação e encaminhamento, proporcionando ao imigrante uma resposta de qualidade de acordo com as necessidades apresentadas, com vista à sua integração na comunidade de acolhimento.

Área de intervenção Concelho da Moita

Informações complementares Atendimento descentralizado (mediante marcação)

Fundação Santa Rafaela Maria

Morada Rua Eça de Queirós, Bloco H, nº 10, r/c, Quinta Fonte da Prata. 2860-270 Alhos Vedros

Contactos 212 800 865 | 967 135 249

claii.fonte.prata@fsantarafaelamaria.org | geral@fsantarafaelamaria.org

Respostas disponibilizadas à comunidade migrante

O CLAIM da Quinta Fonte da Prata - conta com as seguintes respostas sociais:

- Gabinete de Apoio Geral, Informação e Encaminhamento
- Gabinetes de Apoio Especializado: Gabinete de Apoio ao Emprego;
  Gabinete de Apoio Social;
  Gabinete de Apoio Psicológico.

Área de intervenção O CLAIM da Quinta Fonte da Prata localiza-se no Concelho da Moita, mas de acordo com os atendimentos, abrange uma área territorial mais vasta**.**

Centro Social O Bom Samaritano

Morada Rua Padre António Vieira S/N Arroteias. 2860-168 Alhos Vedros

Contactos 218 014 354 | csbs1@hotmail.com

Respostas disponibilizadas à comunidade migrante

-Apoio alimentar e ao nível do vestuário, calçado, mobiliário e equipamento de casa (sempre que disponível);

-Apoio à legalização (em especial da comunidade de nacionalidade ou origem angolana);

-Dinamização da cultura angolana (dança, canto, teatro e cultura em geral).

Área de intervenção Concelho da Moita

Associação de Solidariedade Caboverdiana dos Amigos da Margem Sul do Tejo

Morada Largo dos Cravos, Loja 48 B 2835-208 Vale da Amoreira

Contactos 212 051 106 | 966 667 071 | acva.valeamoreira@gmail.com

Respostas disponibilizadas à comunidade migrante

-Acolhimento e encaminhamento para serviços especializados;

-Apoio social;

-Casa do cidadão;

-Balneário comunitário;

-Loja social;

-Apoio jurídico gratuito;

-Apoio alimentar;

-Apoio a nível de tradução para falantes dos crioulos Cabo Verde e Guiné Bissau;

-Intermediária para qualquer assunto com a Embaixada de Cabo Verde, entre outros;

-Divulgação da cultura, música, gastronomia africana e intercâmbio com outras culturas.

Área de intervenção Vale da Amoreira

MIORITA – Associação Cultural dos Imigrantes Moldavos

Morada Rua Jacinto Nicola, nº 9, 3º direito, União das Freguesias do Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena, Barreiro

Contactos 210 891 000 | 964 426 310

Respostas disponibilizadas à comunidade migrante

-Organização de Eventos culturais

-Integração da diáspora moldava no ambiente sociocultural português

Área de intervenção Concelho da Moita

AIGAST – Associação de Imigrantes Guineenses Amigos Sul do Tejo

Morada Mercado Municipal do Vale da Amoreira, L 8. Rua das Margaridas. 2835-240 Vale da Amoreira

Contactos 212 022 132 | aigast.associacao1@gmail.com

Respostas disponibilizadas à comunidade migrante

A missão da AIGAST é a de apoiar a inclusão educativa e social dos imigrantes, promovendo espaços para a sua participação cívica e *empowerment* individual.

Áreas de intervenção:

-Educação, Formação e Empregabilidade;

-Social;

-Juventude e Desporto;

-Arte e Cultura.

Área de intervenção Vale da Amoreira